



Universidade de Brasília

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO ECONÔMICA DE FINANÇAS
PÚBLICAS

Débora Amorim Romcy Pereira

Valoração econômica da Biblioteca Central da UnB:
uma aplicação do Retorno sobre Investimento (ROI)

Brasília

2025

Débora Amorim Romcy Pereira

Valoração econômica da Biblioteca Central da UnB:

uma aplicação do Retorno sobre Investimento (ROI)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Mestrado em Economia, área de Gestão Econômica de Finanças Públicas, da Universidade de Brasília - UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof.a Dra. Deborah Oliveira
Martins dos Reis

Brasília

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

P436v Pereira, Débora Amorim Romcy.
 Valoração econômica da Biblioteca Central da
UnB : uma aplicação do retorno sobre investimento
(ROI) / Débora Amorim Romcy Pereira. - Brasília,
2025.
 74 f. : il.

 Inclui bibliografia.
 Dissertação (Mestrado em Economia) -
Universidade de Brasília, Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas, 2025.
 Orientação: Deborah Oliveira Martins dos Reis.

 1. Universidade de Brasília. Biblioteca
Central - Serviços de informação. 2. Retorno sobre
patrimônio líquido. 3. Valoração econômica. I.
Reis, Deborah Oliveira Martins dos, orient. II.
Título.

 CDU 330.123.6:378.4 (817.4)

Heloiza Faustino dos Santos - Bibliotecária - CRB1/1913

Débora Amorim Romcy Pereira

Valoração econômica da Biblioteca Central da UnB:

uma aplicação do Retorno sobre Investimento (ROI)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Mestrado em Economia, área de Gestão Econômica de Finanças Públicas, da Universidade de Brasília - UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia.

Data da aprovação: 28/11/2025

Deborah Oliveira Martins dos Reis — Orientadora
Doutora em História Econômica
Professora da Faculdade de Economia (UnB)

Ana Carolina Pereira Zoghbi — Membro da Banca
Doutora em Administração Pública e Governo
Professora da Faculdade de Economia (UnB)

Rebeca Regina Regatieri — Membro da Banca
Doutora em Economia
Ministério do Planejamento e Orçamento

Dedico esta dissertação à minha família, que foi meu alicerce em todos os momentos desta caminhada. Ao meu marido, pelo apoio, paciência e incentivos constantes, e aos meus filhos, Lucas e Luana, razão maior e fonte inesgotável do meu amor. Aos meus pais (in memoriam), por sempre me incentivarem a estudar e por acreditarem que eu poderia ir longe. À minha madrinha, minha inspiração na vida e grande incentivadora. A todos que me apoiaram, direta ou indiretamente, minha sincera gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à natureza por me permitirem trilhar um caminho que nunca havia imaginado percorrer.

Agradeço pela força, pela resiliência e pela capacidade que me foi concedida de conciliar tantos compromissos e obrigações simultaneamente, em diferentes dimensões da vida.

Sou profundamente grata pelo apoio e pela ajuda de muitas pessoas ao longo dessa trajetória.

Aos meus filhos, meu bem maior e razão de tudo.

Ao meu marido, por me apoiar, incentivar e, muitas vezes, me impulsionar desde a época da faculdade, quando nos conhecemos. Por acreditar em mim e em minha capacidade, muitas vezes mais do que eu mesma.

À família do meu marido, em especial aos meus sogros e cunhados, pelo carinho, apoio e compreensão ao longo desse período.

Aos meus pais, *in memoriam*, por terem feito por mim tudo o que esteve ao alcance deles.

À minha madrinha, minha inspiração como mãe, profissional e ser humano, que sempre me incentivou a estudar desde a infância, sempre me acolheu e acreditou que eu poderia ir mais longe do que eu mesma acreditava, além de sempre se empolgar com minhas ideias.

Aos meus primos, exemplos de vida acadêmica, em especial ao Rodrigo, minha inspiração desde a infância. Dizia meu pai: “estude para ser inteligente como o Rodrigo”. Hoje entendo como é uma missão desafiadora, seguir seus passos intelectuais e ainda a simplicidade e gentileza que tanto admiro.

À minha tia Fernanda, por sempre me incentivar, me alegrar e me incluir generosamente em suas orações.

Aos meus sobrinhos e afilhados queridos, fontes constantes de afeto e alegria.

A todos os meus amigos, que acreditaram em mim, me incentivaram e compreenderam minhas ausências nesses últimos tempos.

Aos meus colegas e amigos de trabalho da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE), com quem compartilho os dias e tantas experiências da vida. Vocês não imaginam o quanto foram importantes nessa caminhada e em tantas outras.

Às minhas colegas, parceiras e amigas de trabalho, em especial Silvia, Heloiza, Camila, Lussara e Maria, que ouviram minhas lamentações, me fizeram sorrir dia após dia e me ajudaram a acreditar que daria certo. À Heloiza, meu agradecimento especial pela elaboração da ficha catalográfica desta dissertação, realizada com todo carinho e dedicação.

Aos colegas e amigos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE) que também foram colegas e amigos do meu pai, *in memoriam*, servidor da BCE/UnB, assim como eu. Muitos deles hoje aposentados, mas sempre presentes em minha vida. Fizeram parte da minha infância, sempre me incentivaram e me ajudaram de diversas formas, em especial Telma, Rái, Walter e Neide — vocês e eu sabemos o que fizeram por mim.

Ao colega e amigo Sandro, que tanto insistiu para que eu me inscrevesse na seleção do mestrado, acreditando que eu daria conta, mesmo diante dos medos que cercam um mestrado em Economia.

Aos colegas que me auxiliaram com pesquisas de dados, orientação em bases de dados, levantamento e organização de informações, esclarecimento de dúvidas metodológicas, além de sugestões e ideias ao longo da pesquisa, dedicando seu tempo fora do horário de trabalho para me ajudar, especialmente Leila, Elizângela, Diule, Michelle, Marília, Katlen e Jeremias.

Aos meus colegas e amigos do mestrado, que tornaram essa caminhada mais leve ao compartilhar aprendizados e muitas risadas, ajudando a quebrar, em diversos momentos, o clima tenso das aulas. Em especial, o Eduardo, sempre pronto com um comentário bem-humorado, nos fazendo sorrir em muitos momentos.

Ao meu grupo de trabalho no mestrado, pelo apoio, pelas trocas e pelo companheirismo ao longo dessa trajetória: Tania, Luciana, Shirley, Heloyze, Leia e Gustavo. Um agradecimento especial ao Gustavo, por todo o apoio, dedicação e por sua generosidade em compartilhar conhecimento, dedicando grande parte do seu tempo para nos ajudar a compreender as matérias mais complexas, cada passo e cada detalhe, isso foi fundamental ao longo do curso. Seu cuidado e gentileza fizeram toda a diferença. Agora, futuro doutor, desejo-lhe todo o sucesso e reconhecimento que merece.

À minha orientadora, pela condução, paciência e contribuição acadêmica ao longo deste trabalho.

Aos professores do curso, pelos ensinamentos e pelas contribuições ao longo da formação.

À Universidade de Brasília (UnB), por ser minha segunda casa e por sempre me proporcionar oportunidades que foram fundamentais para minha trajetória acadêmica e profissional.

À banca examinadora, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento desta dissertação.

À Biblioteca Central da Universidade de Brasília, que me acolheu desde a infância: a menina sonhadora que gostava de ler e estudar, que ali teve seus primeiros contatos com a tecnologia, foi estagiária, estudante, tornou-se servidora e, hoje, conclui o mestrado escrevendo sobre a própria BCE. Por esse espaço de formação, memória e pertencimento, constituído como ambiente de formação acadêmica e humana, manifesto profundo orgulho, admiração e respeito.

À gestão anterior da BCE, nas pessoas de Fernando e Marília, e a toda a equipe, pela condução realizada ao longo dos últimos oito anos, período ao qual se referem os dados utilizados nesta pesquisa, demonstrando excelência na gestão administrativa e financeira da Biblioteca.

À atual gestão da BCE, nas pessoas de Maria e Lussara, e equipe, por dar continuidade aos avanços e à eficiência da gestão da Biblioteca.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização desta pesquisa.

O retorno sobre o investimento em bibliotecas não se limita ao aspecto financeiro: ele se expressa no desenvolvimento humano, acadêmico e social. O verdadeiro valor econômico está na riqueza social gerada por cada mente que ali encontra as ferramentas para transformar a realidade.

RESUMO

As bibliotecas universitárias oferecem benefícios educacionais, científicos e sociais amplamente reconhecidos, muitos deles de natureza intangível e de difícil mensuração financeira. Em instituições públicas sujeitas a restrições orçamentárias, torna-se fundamental quantificar economicamente os serviços prestados para justificar a alocação de recursos e apoiar a tomada de decisões de gestão. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo mensurar o valor econômico de dois serviços estratégicos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB): o empréstimo de livros físicos e o acesso à plataforma digital de e-books Minha Biblioteca. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e utilizou o método de Cálculo do Retorno sobre o Investimento (ROI), relacionando os custos operacionais aos benefícios econômicos gerados aos usuários.

A coleta e a análise dos dados foram realizadas por meio de levantamento documental, registros provenientes dos sistemas informatizados de gestão bibliotecária e informações financeiras institucionais. Os resultados evidenciaram que ambos os serviços analisados geram benefícios expressivos aos usuários e retornos significativamente superiores aos investimentos realizados pela instituição. Além disso, constatou-se que a BCE/UnB desempenha papel estratégico ao democratizar o acesso à informação, promover equidade educacional e apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Concluiu-se que a aplicação do ROI em serviços de biblioteca constitui ferramenta eficaz para demonstrar a relevância social, econômica e educacional dessas instituições. Os achados reforçam a importância das bibliotecas universitárias como investimentos públicos eficientes, capazes de otimizar recursos, fortalecer a gestão e ampliar o impacto acadêmico e social das universidades.

Palavras-chave: Biblioteca universitária. Retorno sobre o Investimento. Valoração econômica. Biblioteca Central da UnB. Serviços de informação.

ABSTRACT

University libraries provide widely recognized educational, scientific, and social benefits, many of which are intangible and difficult to measure financially. In public institutions subject to budget constraints, it becomes essential to quantify the economic value of the services offered in order to justify resource allocation and support management decision-making. In this context, this study aimed to assess the economic value generated by two strategic services of the Central Library of the University of Brasília (BCE/UnB): the loan of physical books and access to the Minha Biblioteca digital e-book platform. The research adopted a quantitative approach and applied the cost-avoidance method combined with Return on Investment (ROI) analysis, relating operational costs to the economic benefits provided to users.

Data collection and analysis were conducted through documentary research, records extracted from library management systems, and institutional financial information. The results indicate that both services generate significant benefits for users and returns that exceed the investments made by the institution. Furthermore, the study shows that the BCE/UnB plays a strategic role in democratizing access to information, promoting educational equity, and supporting teaching, research, and outreach activities.

The findings suggest that applying ROI methodologies to library services is an effective tool for demonstrating their social, economic, and educational relevance. The study reinforces the importance of university libraries as efficient public investments capable of optimizing resources, strengthening institutional management, and enhancing the academic and social impact of universities.

Keywords: University library. Return on Investment. Economic valuation. Central Library of the University of Brasília. Information services.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frequência anual de usuários da Biblioteca Central da UnB (2017–2024)...	25
Figura 2 - Frequência anual de usuários das Cabines de Estudo Individuais da Biblioteca Central da UnB (2017–2024)	27
Figura 3 - Frequência anual de usuários das Cabines de Estudo em Grupo da Biblioteca Central da UnB (2017–2024)	28
Figura 4 - Frequência anual de usuários do Laboratório de Acesso Digital da Biblioteca Central da UnB (2017–2021)	29
Figura 5 - Frequência anual de Empréstimos de Notebooks da Biblioteca Central da UnB (2019–2024).....	30
Figura 6 - Distribuição de recursos financeiros por origem e ano (2017–2024).....	34
Figura 7 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2017)	36
Figura 8 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2018)	37
Figura 9 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2019)	38
Figura 10 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2020)	38
Figura 11 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2021)	39
Figura 12 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2022)	40
Figura 13 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2023)	40
Figura 14 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2024)	41
Figura 15 - Alocação de recursos nos anos de 2018 a 2024	43
Figura 16 - Alocação média de recursos por categoria da Biblioteca Central da UnB (2018–2024).....	44

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APM	Atribuição de Preços de Mercado
BCE	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
BDM	Biblioteca Digital de Monografias
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BDS	Biblioteca Digital e Sonora
CAEN	Centro de Ciências Agrárias do Nordeste
CEDIARTE	Centro de Documentação Edgard Graeff
COLEMED	Biblioteca do Hospital Universitário (Coleção de Medicina)
CPP	Comissão Permanente de Projetos
CSIC	Consejo Superior de Investigaciones Científicas
DF	Distrito Federal
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FCE	Campus UnB Ceilândia
FGA	Campus UnB Gama
FUP	Faculdade UnB Planaltina
IED	Impacto Econômico Direto
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IMLS	Institute of Museum and Library Services
ISBN	International Standard Book Number
JSTOR	Journal Storage
LABOMAR	Laboratório de Oceanografia e Monitoramento Ambiental
MEC	Ministério da Educação
PCOM	Coordenadoria de Planejamento e Comunicação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
POP	Espaço de Pesquisa e Oficina Pagu
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
QR Code	Quick Response Code
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
	Universidades Federais
RFID	Radio-Frequency Identification

RIUnB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
ROI	Return on Investment (Retorno sobre o Investimento)
SACC	Suporte à Avaliação e à Comunicação Científica
SiB-UnB	Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB	17
3 A BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB EM NÚMEROS	24
4 A AVALIAÇÃO ECONÔMICA DOS SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	47
5 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE VALOR EM BIBLIOTECAS	54
6 METODOLOGIA, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	61
7 LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA	68
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas universitárias desempenham papel central na formação acadêmica e no desenvolvimento científico das instituições de ensino superior. Ao garantir acesso democrático à informação, elas fortalecem processos de ensino, incentivam a pesquisa e promovem a extensão, contribuindo para a redução das desigualdades informacionais. No contexto brasileiro, marcado por assimetrias no acesso a recursos educacionais e tecnológicos, esse papel assume relevância ainda maior.

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) destaca-se como uma das maiores bibliotecas universitárias do país, oferecendo serviços que incluem acervos físicos, bases digitais, ambientes de estudo e recursos tecnológicos. Apesar do uso intenso desses serviços, a dimensão econômica do impacto gerado permanece pouco visível, sobretudo no que se refere à mensuração objetiva dos benefícios ofertados à comunidade acadêmica.

Diante disso, emerge a necessidade de compreender qual é o valor econômico produzido pela BCE/UnB por meio do empréstimo de livros físicos e do acesso ao Minha Biblioteca, e qual o Retorno sobre o Investimento (ROI) associado ao uso desses serviços em 2024. Assim, o objetivo geral deste estudo é avaliar o valor econômico gerado pela BCE/UnB por meio desses dois serviços, utilizando o cálculo do ROI.

Para alcançar esse propósito, estabeleceram-se como objetivos específicos: identificar os dados de utilização dos serviços analisados; estimar o valor médio por uso com base em preços de mercado; calcular o benefício econômico total e o ROI dos acervos físico e digital; comparar a eficiência econômica dos serviços; e demonstrar a relevância da BCE/UnB enquanto instituição pública promotora da equidade informacional e do acesso ao conhecimento.

Ao articular o acervo físico e digital sob a perspectiva do valor econômico, o estudo reforça a importância da biblioteca universitária como investimento estratégico e evidencia seu impacto no cotidiano dos estudantes, no desenvolvimento acadêmico e na otimização dos recursos públicos.

2 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB

Desde a criação das primeiras universidades, o acesso à informação desempenha papel essencial. Para Viana (2011), embora a estrutura das bibliotecas universitárias tenha passado por transformações ao longo do tempo, sua função central se manteve: oferecer suporte informacional a docentes, discentes e pesquisadores nas atividades de ensino, aprendizagem e produção científica¹.

Nas últimas décadas, as bibliotecas universitárias passaram por transformações contínuas para atender às demandas informacionais da sociedade contemporânea. O avanço tecnológico e a digitalização impactaram diretamente sua estrutura, serviços e papel social, ampliando o acesso ao conhecimento e a eficiência na prestação de serviços. Como destacam Baptista, Sousa e Manini:

O desenvolvimento das tecnologias da informação, informação em rede, catálogos *online*, repositórios digitais, bases de dados e novos formatos de publicação facilitaram muito o trabalho dos bibliotecários e ajudam as bibliotecas a cumprirem sua missão. (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019, p. 40)

As bibliotecas, especialmente as públicas e universitárias, são instituições essenciais para garantir o acesso equitativo, democrático e gratuito à informação, desempenhando um papel estratégico no desenvolvimento educacional, cultural, científico e social da população. São espaços físicos e simbólicos onde o conhecimento é organizado, preservado e compartilhado, possibilitando que indivíduos de diferentes realidades sociais acessem informações confiáveis, atualizadas e relevantes para sua formação e cidadania.

O acesso à informação é reconhecido como um direito humano fundamental, conforme estabelecido nos princípios da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). O Manifesto da Biblioteca Pública publicado pela UNESCO em 1994 já ressaltava que a biblioteca pública constitui um espaço essencial para a promoção da aprendizagem ao longo da vida, para o fortalecimento

¹ As bibliotecas universitárias surgiram no contexto das universidades medievais europeias, a partir do século XII, inicialmente como depósitos de manuscritos restritos a professores e monges, evoluindo gradualmente para centros de apoio à formação acadêmica e à produção do conhecimento. No Brasil, seu desenvolvimento acompanhou o surgimento do ensino superior após 1808, mas foi considerado tardio, mesmo após a criação do regime universitário em 1931 (DIÓGENES, 2012). A Reforma Universitária de 1968 teve como objetivo modernizar e expandir as instituições públicas de ensino superior, especialmente as universidades federais, conforme observa Martins (2009, p. 1).

da autonomia intelectual e para o desenvolvimento cultural, tanto individual quanto coletivo (UNESCO, 1994).

Nesse sentido, as bibliotecas atuam como instrumentos de equidade social, ao viabilizarem o acesso ao conhecimento independentemente da condição econômica, da escolaridade ou da localização geográfica do usuário. Isso é particularmente relevante em sociedades marcadas por desigualdades, onde o acesso à informação de qualidade ainda é um privilégio de poucos.

Em sua versão atualizada, o Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO² (2022) reforça que o acesso democrático e irrestrito à informação constitui elemento estruturante para a promoção da cidadania, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento humano integral (IFLA; UNESCO, 2022). Nesse cenário, a biblioteca pública assume um papel central como agente facilitador do conhecimento, oferecendo meios para a aprendizagem contínua, o exercício consciente dos direitos e a participação ativa na vida social.

Segundo o Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO (2022):

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento social e individual são valores humanos fundamentais. Tais valores só vão ser alcançados por meio da capacidade de cidadãos bem informados exercerem seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. (IFLA; UNESCO, 2022).

O manifesto também destaca que, em todas as nações, mas especialmente nos países em desenvolvimento, as bibliotecas contribuem para garantir que os direitos à educação, à participação na sociedade da informação e à vida cultural estejam acessíveis ao maior número possível de pessoas.

A biblioteca pública é reconhecida como “força viva para a educação, cultura, inclusão e informação, agente essencial para o desenvolvimento sustentável, para a paz e para o bem-estar espiritual dos indivíduos”, motivo pelo qual a UNESCO incentiva governos nacionais e locais a apoiar ativamente o desenvolvimento desses equipamentos (IFLA; UNESCO, 2022).

² Vocabulário controlado e estruturado que organiza termos autorizados e suas relações hierárquicas, associativas e equivalentes, utilizado para padronizar a indexação e facilitar a recuperação da informação em sistemas bibliográficos

Alinhada a essas diretrizes internacionais, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE) reflete, em sua atuação, o papel social atribuído às bibliotecas. A BCE constitui-se não apenas como centro de excelência no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, mas também como um agente de transformação social. Para além do retorno sobre o investimento gerado à comunidade universitária, composta por estudantes, docentes, técnicos e pesquisadores, a BCE exerce impactos relevantes na sociedade em geral, ao ampliar o acesso à informação, à cultura e ao conhecimento científico. Esse papel social e acadêmico exercido pela BCE integra uma estrutura institucional mais ampla, da qual a Biblioteca Central é a unidade coordenadora.

Nesse contexto, a Universidade de Brasília organiza seus serviços de informação por meio do Sistema de Bibliotecas da UnB (SiB-UnB), responsável pelo funcionamento sistêmico das unidades bibliotecárias da instituição, de modo a oferecer suporte integrado ao ensino, à pesquisa e à extensão (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2025). O SiB-UnB é coordenado pela Direção da Biblioteca Central (BCE), que atua como núcleo gestor das políticas, diretrizes técnicas e processos operacionais que orientam todo o sistema.

O SiB-UnB é composto pela Biblioteca Setorial da Faculdade do Gama (FGA), pela Biblioteca Setorial da Faculdade de Ceilândia (FCE), pela Biblioteca Setorial da Faculdade de Planaltina (FUP), pelo Centro de Documentação Edgard Graeff (CEDIARTE), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), e pela Biblioteca do Hospital Universitário (COLEMED) (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2025). Por exercer a coordenação do sistema, a BCE concentra atividades de gestão de acervos, desenvolvimento de coleções, aquisição e assinatura de recursos de informação, além de suporte tecnológico e capacitação.

Dessa forma, parte significativa das receitas internas e dos investimentos realizados no âmbito do SiB-UnB contempla todas as unidades setoriais (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2025), aspecto relevante para compreender a abrangência do impacto econômico e social da BCE e do sistema como um todo. Essa estrutura sistêmica reforça que a BCE desempenha funções que ultrapassam a mera gestão de acervos, dialogando diretamente com as múltiplas dimensões atribuídas às bibliotecas contemporâneas.

Além de sua estrutura organizacional e de sua função sistêmica no âmbito da UnB, é importante observar também que a atuação de uma biblioteca universitária não se restringe ao empréstimo de livros ou ao provimento pontual de informações. Gevehr, Silva e Batista (2022, p. 2) destacam que, “Para além dos livros, as bibliotecas públicas possuem quatro dimensões que devem ser encaradas como norteadoras na construção e implementação destes espaços: a dimensão social, a informacional, a educacional e a dimensão cultural”. Embora o estudo trate de biblioteca pública, essas dimensões aplicam-se também às bibliotecas universitárias, especialmente em instituições públicas de ensino superior.

A Biblioteca Central da UnB atua de forma integrada nesses quatro eixos principais. No eixo cultural, incentiva a leitura e a competência informacional por meio de um acervo diversificado, oficinas, clubes de leitura, exposições e preservação da memória institucional, além de promover eventos artísticos e culturais. No eixo social, configura-se como espaço de inclusão e equidade, ao oferecer ambientes de estudo, tecnologias de acesso à informação, apoio a ações afirmativas e recursos de acessibilidade, como a Biblioteca Digital e Sonora (BDS), garantindo oportunidades mais igualitárias e fortalecendo a coesão social. No eixo educacional, contribui para o ensino-aprendizagem com treinamentos, oficinas e suporte à pesquisa, incentivando o uso ético da informação, o pensamento crítico e a autonomia intelectual dos estudantes e demais usuários. No eixo informacional, atua como centro de referência em informação qualificada, disponibilizando gratuitamente acervo físico e digital, bases de dados científicas e acesso à internet, ampliando o alcance do conhecimento e contribuindo para o enfrentamento da desinformação.

O desenvolvimento histórico da BCE ilustra como essas quatro dimensões foram incorporadas gradualmente à sua atuação. Ao longo de mais de seis décadas, a biblioteca expandiu suas funções, adaptou-se às transformações tecnológicas e reafirmou seu compromisso com a democratização do conhecimento.

Localizada no Campus Universitário Darcy Ribeiro, em Brasília/DF, a BCE funciona ininterruptamente de segunda a sexta-feira, e em regime reduzido nos finais de semana e feriados, em uma área física de 17.995,87 m² distribuída em quatro pavimentos (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 2024).

Fundada em 1962, no mesmo ano de criação da UnB, a BCE assumiu desde o início o papel de unidade essencial no suporte às atividades acadêmicas. Ao longo

dos anos, ampliou seus serviços, passando a funcionar também aos domingos e feriados a partir de 1967, e disponibilizando seus primeiros catálogos ao público. Em 1970, tiveram início as obras de sua sede definitiva, inaugurada em 12 de março de 1973 (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 2024).

A partir da década de 1990, a BCE passou a incorporar avanços tecnológicos significativos. Entre eles, destacam-se a implantação do Sistema Thesaurus, em 1999, a disponibilização do catálogo on-line, em 2000, e a adoção do sistema de automação Pergamum³, em 2004, sistema que permanece em uso atualmente.

Entre 2005 e 2009, consolidou sua transição para o ambiente digital com a criação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), da Biblioteca Digital e Sonora (BDS), do Repositório Institucional, da Biblioteca Digital de Monografias (BDM) e do Portal de Periódicos da UnB, além de passar por revitalização de infraestrutura e acervos com recursos do Reuni⁴ (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 2024). Essa evolução demonstra que a BCE não apenas acompanhou as transformações tecnológicas, como também consolidou sua função como espaço de preservação, organização e disseminação do conhecimento.

Do ponto de vista institucional, a BCE é definida como:

A Biblioteca Central é o órgão da Universidade de Brasília responsável pelo provimento de informações às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Ela mantém um rico acervo, atendendo às demandas dos discentes, docentes e comunidade. (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 2024).

Para atender a essas demandas, entre os principais serviços, conforme relatório anual Relatório de Atividades da Biblioteca Central e do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília 2024⁵ (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 2024), a BCE disponibiliza empréstimo e consulta ao acervo físico, autoempréstimo, autodevolução, armário inteligente de reserva, laboratórios de acesso digital, scanner

³ Sistema integrado de gestão de bibliotecas desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), utilizado para catalogação, circulação e gerenciamento de acervos, além de disponibilizar catálogo on-line para usuários.

⁴ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado pelo Decreto nº 6.096/2007, com o objetivo de ampliar o acesso à educação superior pública e melhorar a infraestrutura, a gestão e a qualidade do ensino nas universidades federais.

⁵ Publicação anual que reúne dados, estatísticas, serviços, projetos e indicadores de desempenho das atividades desenvolvidas pela Biblioteca Central e pelo Sistema de Bibliotecas da UnB.

de autoatendimento e suporte remoto e presencial para pesquisa e levantamento bibliográfico.

Além disso, oferece capacitações em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)⁶, comunicação científica, elaboração de currículo Lattes, uso de gerenciadores de referência e de bases de dados, bem como o serviço de Suporte à Avaliação e à Comunicação Científica (SACC). A infraestrutura inclui auditório, salas de eventos, salões de estudo coletivos e individuais, espaços acessíveis e empréstimo de notebooks e tablets. No âmbito técnico, realiza emissão de fichas catalográficas, ISBN, comutação bibliográfica, digitalização de documentos e produção de acervos digitais.

A biblioteca garante ainda acesso a bases de dados nacionais e internacionais, como JSTOR, Minha Biblioteca, Target GEDWeb, SciVal e InCites, entre outras, fortalecendo o apoio à pesquisa científica. Conta com espaços culturais e inclusivos, como o espaço POP (dedicado a quadrinhos e jogos), o espaço Direitos Humanos (voltado a temas de igualdade e justiça), o espaço LER (promoção da leitura) e a Sala de Amamentação, que ampliam o alcance social e cultural da instituição. Na área de comunicação e gestão, atua com apoio de setores como a Coordenadoria de Planejamento e Comunicação (PCOM) e a Comissão Permanente de Projetos (CPP), responsáveis pela divulgação de atividades e acompanhamento de projetos. No campo da extensão, promove eventos culturais, treinamentos, exposições e participação ativa na Semana Universitária, além de coordenar iniciativas como o Clube de Leitura, o Cineclub e o Clube do Vinil, que aproximam a comunidade acadêmica e externa, incentivando a cultura e o uso qualificado do acervo (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 2024).

Essa atuação se insere em um contexto acadêmico de grande relevância. A Universidade de Brasília conta com 136 cursos de graduação, 93 programas de mestrado e 72 de doutorado, distribuídos em quatro campi, atendendo a mais de 50 mil estudantes. A instituição figura entre as quinze universidades públicas que mais

⁶ Órgão responsável pela normalização técnica no Brasil, incluindo regras para trabalhos acadêmicos, citações, referências e apresentação de documentos.

contribuem para a produção científica nacional, conforme o relatório *Research in Brazil*⁷ publicado em 2019 (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2021).

Esse cenário reforça a importância estratégica da infraestrutura acadêmica e de apoio oferecida pela BCE, uma vez que os serviços prestados contribuem de forma mensurável para a economia de recursos dos usuários, para o aumento da produtividade científica e para a ampliação do impacto social da universidade.

Dessa forma, ao articular as dimensões social, cultural, educacional e informacional, a Biblioteca Central da UnB consolida-se como instituição-chave para a democratização do acesso à informação e para a produção de conhecimento no âmbito da universidade pública. Essa centralidade institucional justifica e fundamenta a proposta de valoração econômica desenvolvida nesta dissertação, uma vez que o retorno sobre o investimento em seus serviços não se limita apenas à dimensão financeira, mas se estende também ao fortalecimento do papel da universidade como bem público e agente de desenvolvimento social.

⁷ Relatório elaborado pela *Clarivate Analytics*, que analisa a produção científica nacional com dados da *Web of Science* e indicadores de impacto, colaboração e desempenho das instituições brasileiras de pesquisa.

3 A BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB EM NÚMEROS

O presente capítulo apresenta um panorama quantitativo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, detalhando seu acervo, perfil de usuários, infraestrutura, serviços, frequência anual, utilização de espaços e evolução orçamentária entre 2017 e 2024. A análise apresentada nesta seção utiliza dados dos Relatórios de Atividades da Biblioteca Central e do Sistema de Bibliotecas da UnB referentes aos anos de 2017 a 2024, publicados entre 2018 e 2025 (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central, 2018; 2019; 2020; 2021; 2022; 2023; 2024; 2025) e evidencia a relevância da BCE como espaço estratégico de ensino, pesquisa, extensão e permanência estudantil.

O acervo físico da BCE ultrapassa 1,4 milhão de itens, incluindo livros, periódicos, materiais multimídia e coleções especiais, Conforme o Relatório de Atividades da Biblioteca Central e do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília 2024 (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central, 2025) e informações detalhadas no Apêndice X.

Além disso, o SiB/UnB mantém um acervo digital composto por 83.177 materiais, distribuídos entre o Repositório Institucional da UnB (RIUnB), a Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente (BDM), a Biblioteca Digital e Sonora (BDS), as Coleções Especiais, o Portal de Periódicos, o Portal de Conferências, o Portal de Livros e a Estante Digital de e-books gratuitos. Esses materiais incluem dissertações, teses, artigos, livros, capítulos, trabalhos acadêmicos e conteúdos acessíveis, ampliando as possibilidades de acesso à informação pela comunidade acadêmica.

A BCE ainda oferece acesso a bases de dados nacionais e internacionais, além de capacitações, orientações bibliográficas e infraestrutura física e tecnológica acessível. Também são mantidas ações de comunicação institucional voltadas à divulgação de seus serviços, acervos e atividades. Essas ações incluem o site oficial e perfis em redes sociais, utilizados como canais de informação, orientação e aproximação com a comunidade acadêmica.

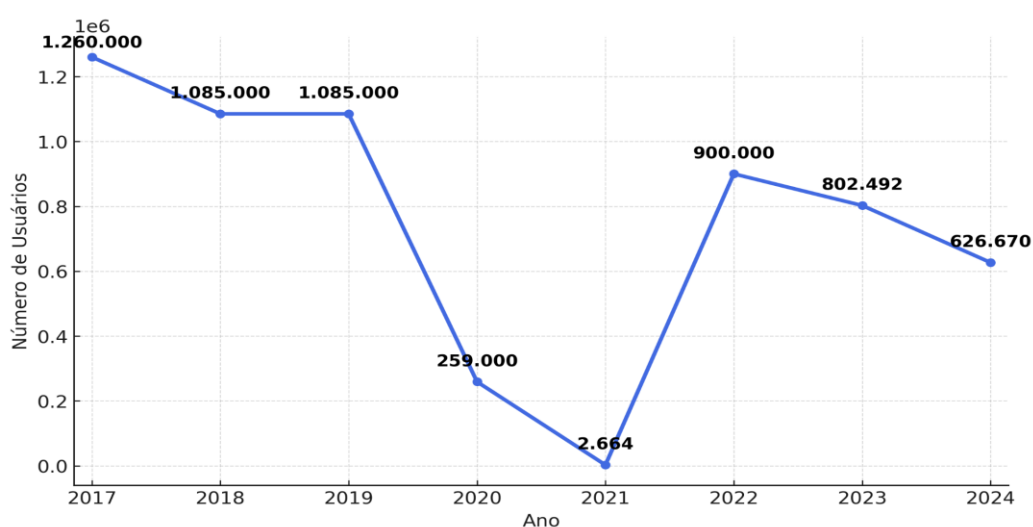
A equipe é composta por bibliotecários, técnicos administrativos, auxiliares operacionais e estagiários, responsáveis pelo atendimento, processamento técnico e mediação informacional.

O perfil de usuários é diversificado e composto majoritariamente por estudantes de graduação, que utilizam a biblioteca para empréstimos, estudo individual e atividades em grupo. Estudantes de pós-graduação tendem a recorrer mais às bases de dados e aos serviços de normalização acadêmica e apoio à pesquisa. Docentes utilizam o acervo técnico-científico e os recursos digitais para atualização bibliográfica, enquanto servidores técnico-administrativos recorrem à biblioteca para formação continuada. A BCE também atende usuários externos cadastrados, que participam de eventos culturais, projetos de extensão e utilizam seus espaços como ambiente de estudo, sobretudo para preparação para concursos públicos.

Essa diversidade de públicos reafirma seu caráter democrático, educacional, social e cultural, em consonância com sua missão institucional de promover acesso equitativo à informação e ao conhecimento.

A Figura 1 apresenta a frequência anual de usuários presenciais na Biblioteca Central da UnB entre 2017 e 2024. Esse período foi selecionado por representar a série histórica com dados já consolidados e disponibilizados pela instituição, permitindo uma análise contínua e comparável da evolução da demanda pelos espaços da biblioteca.

Figura 1 - Frequência anual de usuários da Biblioteca Central da UnB (2017–2024)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos Relatórios de Atividades da BCE/SIB (2017–2024).

Entre 2017 e 2019, a BCE recebeu mais de 1 milhão de usuários por ano. A retomada do funcionamento ininterrupto em 2019 contribuiu diretamente para esse crescimento. Em 2020, em razão da pandemia, a frequência caiu para 259 mil visitas e, em 2021, para apenas 2.664 registros, período em que os atendimentos presenciais permaneceram suspensos, embora tenha sido mantido o empréstimo por agendamento.

A reabertura gradual em 2022 resultou em recuperação expressiva (900 mil entradas). Nesse período, a implantação das catracas eletrônicas com QR Code trouxe maior precisão à contagem de usuários. Em 2023 e 2024, registraram-se 802.492 e 626.670 usuários, respectivamente. A queda em 2024 reflete a greve de três meses ocorrida no primeiro semestre, apesar da retomada do regime 24 horas em fevereiro de 2024.

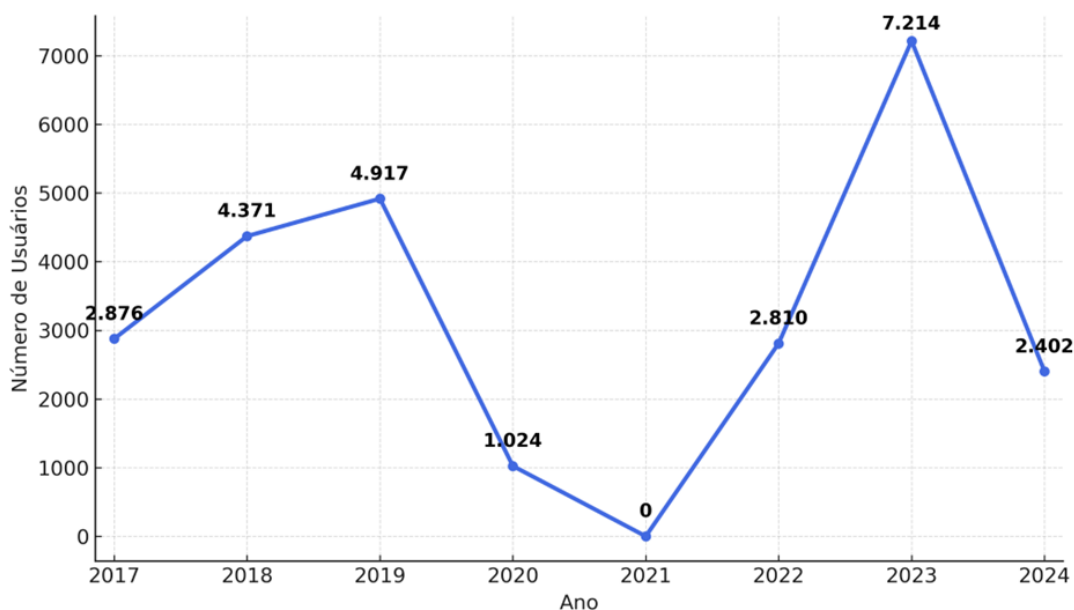
A série histórica evidencia que a frequência da BCE é fortemente influenciada por fatores institucionais (horários de funcionamento, políticas de acesso) e externos (pandemia, greves), reforçando a importância da biblioteca como espaço de permanência estudantil e suporte acadêmico.

A BCE dispõe de ampla infraestrutura para estudo individual e colaborativo. Seu espaço interno oferece 1.876 assentos distribuídos entre salas de estudo, áreas coletivas, ambientes silenciosos e espaços de circulação, acessíveis a todos os usuários, independentemente de vínculo institucional (BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 2024). Essa estrutura ampla busca atender à elevada demanda por locais adequados ao estudo prolongado, configurando a biblioteca como um espaço de permanência estudantil essencial.

Além das áreas abertas, a biblioteca conta com cabines de estudo individuais e coletivas, que atendem especialmente às demandas de concentração, privacidade e trabalho em grupo. Essas cabines apresentam padrão de uso próprio, analisado nas seções seguintes.

A seguir, apresenta-se a Figura 2, que demonstra a evolução anual do uso das cabines de estudo individuais na BCE/UnB entre 2017 e 2024.

Figura 2 - Frequência anual de usuários das Cabines de Estudo Individuais da Biblioteca Central da UnB (2017–2024)



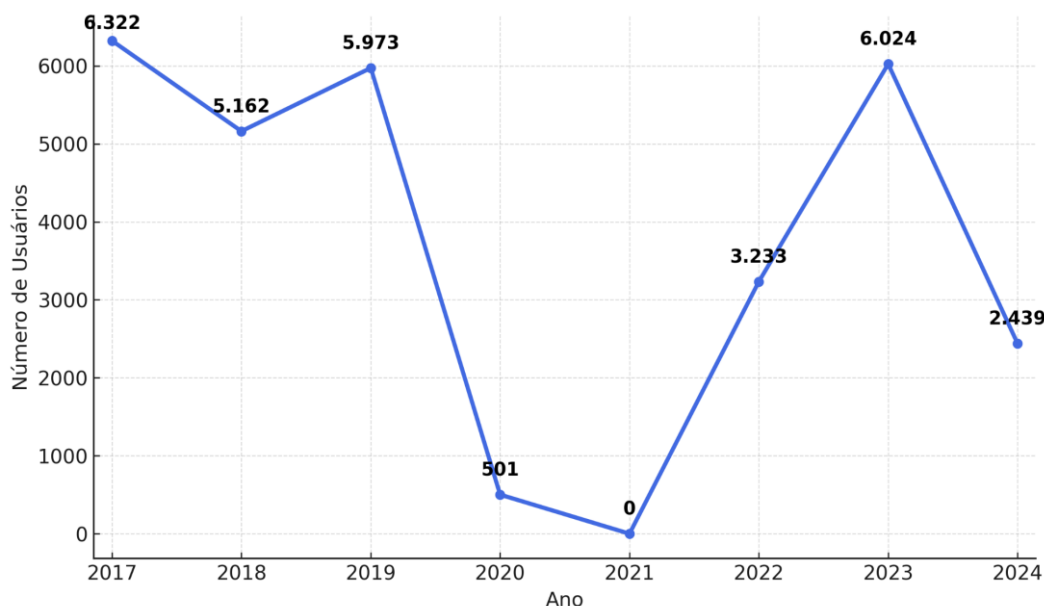
Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos Relatórios de Atividades da BCE/SIB (2017–2024).

Entre 2017 e 2019, houve crescimento no uso das cabines individuais (de 2.876 para 4.917 registros). Em 2020, ocorreu queda acentuada (1.024), chegando a zero em 2021 devido ao fechamento da biblioteca decorrente da pandemia. Em 2022, houve recuperação parcial (2.810) e um pico expressivo em 2023, atingindo 7.214 registros, maior valor da série. Em 2024, a utilização caiu para 2.402, em razão da reforma das cabines.

A análise demonstra que a demanda é estrutural e consistente, sendo as oscilações decorrentes de disponibilidade física e não de desinteresse dos usuários. O pico pós-pandemia evidencia valorização dos espaços silenciosos e de estudo individualizado.

A seguir, apresenta-se a Figura 3, que demonstra a evolução anual do uso das cabines de estudo em grupo na BCE/UnB entre 2017 e 2024.

Figura 3 - Frequência anual de usuários das Cabines de Estudo em Grupo da Biblioteca Central da UnB (2017–2024)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos Relatórios de Atividades da BCE/SIB (2017–2024).

A análise da frequência anual de utilização das cabines de estudo em grupo da BCE/UnB entre 2017 e 2024 evidencia forte influência do contexto institucional, social e estrutural sobre o comportamento dos usuários e a demanda por espaços colaborativos de aprendizagem. Entre 2017 e 2019, os registros oscilaram entre 5.162 e 6.322 usuários, indicando padrão consolidado no período pré-pandemia. Em 2020, houve queda brusca para 501 registros, e em 2021 não houve utilização, em razão do fechamento da biblioteca.

Com a reabertura parcial em 2022, foram registrados 3.233 usuários, número que cresceu em 2023 para 6.024, retomando o patamar anterior à pandemia. Já em 2024, a queda para 2.439 resultou da reforma estrutural das cabines, que restringiu temporariamente sua disponibilidade.

Constata-se, assim, que a utilização das cabines de estudo em grupo está diretamente vinculada à disponibilidade, e não à perda de relevância, que permanece alta quando o serviço está plenamente acessível. Esses espaços permanecem fundamentais ao aprendizado colaborativo e à socialização acadêmica, sobretudo diante da carência de alternativas acessíveis na cidade.

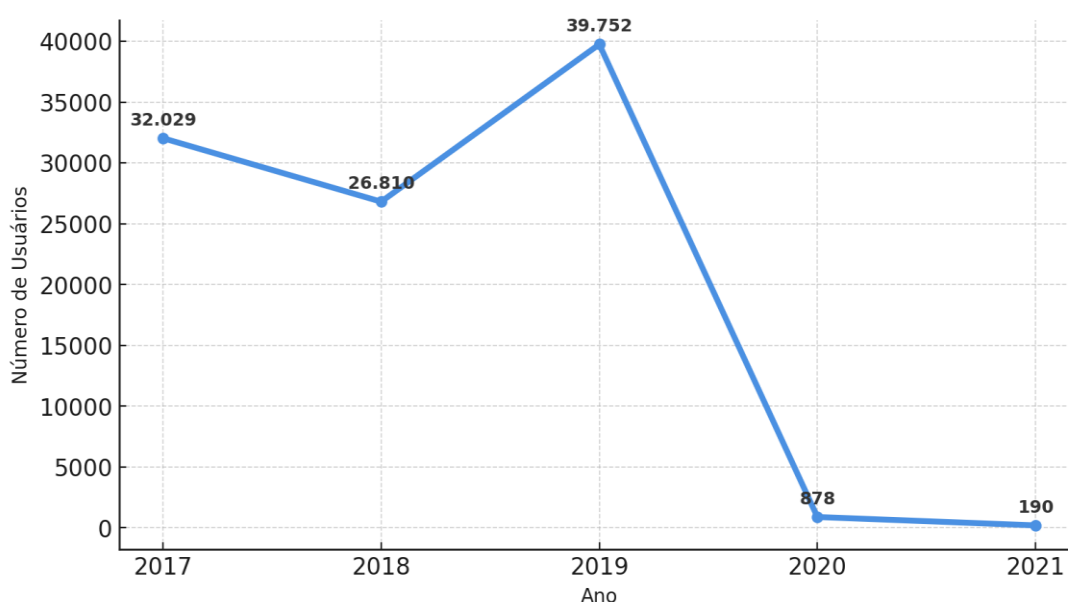
Em termos econômicos, destaca-se que coworkings privados em Brasília podem custar entre R\$ 20,00 por hora e R\$ 680,00 por mês, o que configura um custo

evitado expressivo para os usuários da BCE/UnB, considerando que as cabines da biblioteca são gratuitas, o valor econômico implícito associado ao seu uso tende a ser significativamente superior aos custos que seriam incorridos em espaços privados, reforçando a relevância social do serviço.

Além dos espaços físicos, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE) oferece laboratórios digitais equipados com computadores conectados à internet, que representam um recurso estratégico para reduzir desigualdades no acesso às tecnologias, especialmente entre estudantes que não dispõem de equipamentos ou conexão adequada em suas residências.

Na Figura 4, apresentada abaixo, se demonstra a frequência anual de uso do Laboratório de Acesso Digital da BCE/UnB entre 2017 e 2024.

Figura 4 - Frequência anual de usuários do Laboratório de Acesso Digital da Biblioteca Central da UnB (2017–2021)



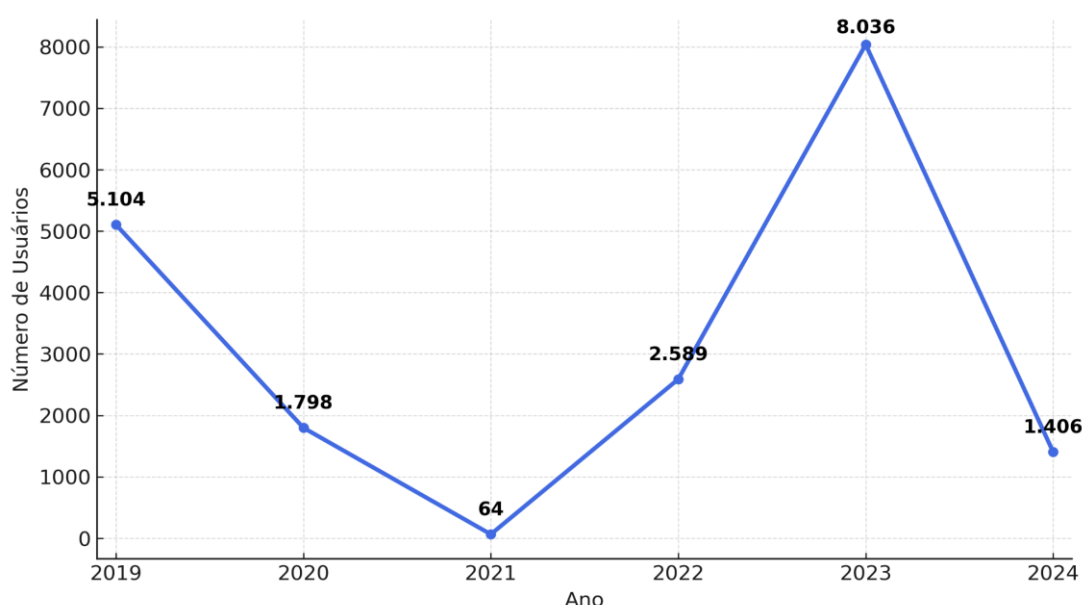
Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos Relatórios de Atividades da BCE/SIB (2017–2021).

O Laboratório de Acesso Digital da BCE/UnB, comparável a uma lan house gratuita, funciona como espaço essencial de inclusão digital. Entre 2017 e 2019, registrou ampla utilização, com 32.029 acessos em 2017, leve queda em 2018 (26.810) e pico em 2019, com 39.752 usuários, impulsionado pela expansão dos serviços digitais e pela demanda por suporte tecnológico.

Nos anos seguintes, a frequência caiu drasticamente: 878 registros em 2020 e apenas 190 em 2021, devido à suspensão das atividades presenciais. Em 2022, a alteração na gestão do controle pela Secretaria de Tecnologia da Informação impossibilitou a disponibilização dos dados posteriores. Os registros, contudo, confirmam a relevância histórica do serviço, sobretudo para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Os números expressivos até 2019 evidenciam a necessidade de manutenção e modernização do serviço como política de democratização do acesso às tecnologias no ambiente universitário.

Além disso, a BCE mantém um programa de empréstimo de notebooks e tablets, destinado a grupos específicos da comunidade acadêmica, em especial estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa iniciativa amplia as condições de permanência estudantil e reforça o compromisso social da biblioteca com um alto alcance como podemos ver na figura 5 logo abaixo.

Figura 5 - Frequência anual de Empréstimos de Notebooks da Biblioteca Central da UnB (2019–2024)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos Relatórios de Atividades da BCE/SIB (2019–2024).

O serviço iniciou-se em 2019, registrando 5.104 empréstimos já no primeiro ano, uma grande adesão. Em 2020 e 2021, a oferta foi reduzida pelo fechamento da biblioteca, resultando em 1.798 e 64 registros, respectivamente. A retomada em 2022

marcou recuperação gradual (2.589), culminando em 2023 com 8.036 empréstimos, o maior volume da série, o que confirma a consolidação do serviço como apoio à inclusão digital. Em 2024, contudo, os números caíram para 1.406, devido à retenção temporária dos equipamentos para revisão técnica e reforço dos protocolos de segurança.

A análise demonstra que a evolução do serviço está diretamente condicionada às políticas institucionais e à disponibilidade dos equipamentos, tendo se mostrado estratégico durante e após a pandemia. Sob a perspectiva econômica, o impacto é expressivo, na Asa Norte e Asa Sul, empresas especializadas em locação de equipamentos, como o site Aluguel-de-notebook.com, indicam que os valores médios de aluguel de notebooks variam de R\$ 150,00 a R\$ 300,00 mensais (podendo superar R\$ 400,00 em modelos avançados), enquanto tablets custam entre R\$ 120,00 e R\$ 250,00 mensais. Ao fornecer esse serviço gratuitamente, a BCE gera custo evitado significativo e contribui para a permanência estudantil.

Além da oferta de espaços de estudo, laboratórios digitais e do empréstimo de notebooks e tablets, a BCE também desempenha um papel formativo relevante, por meio da realização de treinamentos e capacitações voltados ao uso de seus recursos e serviços.

Em resumo os dados de uso dos diversos serviços (frequência presencial, utilização de cabines de estudo individuais e coletivas, acessos ao laboratório digital, empréstimos de equipamentos e participação em treinamentos) revelam um padrão semelhante: crescimento até 2019, queda abrupta durante a pandemia em 2020–2021, e recuperação parcial nos anos seguintes, com alguns retrocessos em 2024 devido a fatores como greves ou reformas. Esse comportamento indica que fatores externos (pandemia, fechamento institucional) influenciaram fortemente todos os serviços, enquanto a demanda subjacente pelos recursos da biblioteca permanece alta quando as condições são normais.

Após caracterizar o perfil de seus usuários, é importante destacar que a BCE também se diferencia pela busca constante por modernização e inovação tecnológica. Ao longo de sua trajetória, a instituição assumiu papel pioneiro entre as bibliotecas universitárias públicas brasileiras, incorporando recursos como o catálogo totalmente online, ainda no final do século XX, e o Repositório Institucional, criado na década de 2000.

Nos últimos anos, essa vocação para inovação foi fortalecida com a implantação do sistema de identificação por radiofrequência (RFID), implementado em 2020, que representa um marco na automatização e segurança do acervo. A tecnologia, baseada no uso de etiquetas eletrônicas (tags RFID), permite localizar materiais de forma precisa, agilizar inventários e oferecer serviços de autoatendimento, como empréstimo e devolução automáticos, inclusive com terminais acessíveis e auto devolução 24 horas.(BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB, 2024). Esse investimento alterou significativamente a rotina operacional da biblioteca, modernizando fluxos e ampliando a autonomia dos usuários.

Essa evolução histórica demonstra que a BCE/UnB não apenas acompanhou as transformações estruturais e tecnológicas ao longo das décadas, mas também consolidou sua função como espaço de preservação e disseminação do conhecimento. Tal percurso dialoga com a relevância atribuída às bibliotecas universitárias no cenário atual, cuja abrangência e papel em prol do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social estão diretamente vinculados à missão das universidades como agentes catalisadores e difusores do saber.

Nesse sentido, Nunes e Carvalho (2016, p. 174) destacam que:

As bibliotecas universitárias, assim como todas as demais unidades de informação, têm evoluído com o passar do tempo a fim de atender não apenas às necessidades de informação do público, como também no sentido de acompanhar as mudanças no campo das tecnologias da informação e comunicação, assim como as mudanças de nível comportamental dos usuários, cada vez mais conectados.

A modernização contínua da BCE, exemplificada pela adoção de tecnologias como o sistema de identificação por radiofrequência (RFID), depende diretamente de investimentos consistentes e bem direcionados. A manutenção e a ampliação de seus serviços requerem planejamento financeiro adequado, de modo que a origem e a aplicação dos recursos se tornam fatores determinantes para sustentar a qualidade e a inovação que caracterizam a instituição.

Seus recursos orçamentários têm como finalidade a manutenção e o aprimoramento dos serviços oferecidos à comunidade acadêmica e externa, abrangendo desde a aquisição e atualização do acervo físico e digital até a compra de materiais de consumo, equipamentos e a realização de capacitações. Entre as principais fontes de financiamento destacam-se os créditos do Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI)⁸, voltados à aquisição de bens permanentes, materiais de consumo e capacitação de pessoal; a verba específica destinada à atualização do acervo; a receita interna proveniente do pagamento de multas por atraso na devolução de materiais; além de repasses extraordinários, verba extra destinada à BCE por meio de outros centros de custo da Universidade.

A análise da composição e da destinação desses recursos possibilita compreender os limites e as potencialidades de atuação da BCE, revelando o quanto as restrições orçamentárias podem afetar a modernização de serviços e a continuidade de projetos estratégicos. Nesse sentido, examinar a evolução dos repasses financeiros e sua alocação ao longo dos anos contribui para evidenciar tanto a relevância da biblioteca quanto os desafios enfrentados para assegurar sua sustentabilidade.

Para compreender a estrutura de financiamento da Biblioteca Central, apresenta-se a distribuição das fontes orçamentárias no período de 2017 a 2024. Esse panorama evidencia a participação relativa de modalidades como PDI, bibliografia, receita interna e repasses extraordinários no custeio das operações e na manutenção da instituição.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das fontes orçamentárias que financiam a BCE/UnB.

Tabela 1 - Distribuição de recursos financeiros por origem e ano (2017–2024)

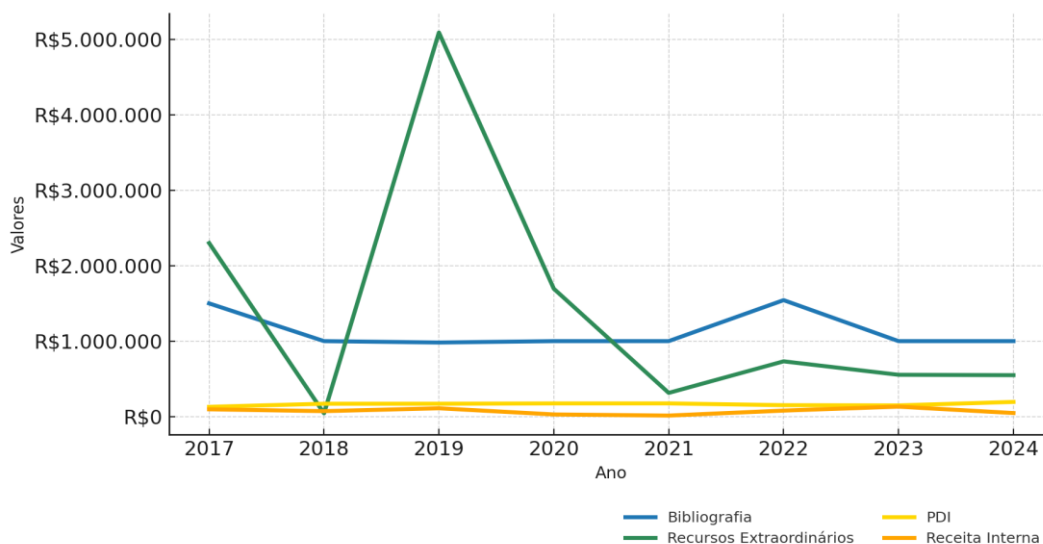
Ano	PDI (R\$)	Bibliografia (R\$)	Receita Interna (R\$)	Recursos Extraordinários (R\$)	Valor Total (R\$)
2017	128.607,00	1.500.000,00	95.881,44	2.299.763,00	4.024.251,44
2018	170.000,00	1.000.000,00	71.725,13	42.479,13	1.284.204,26
2019	170.000,00	981.488,87	109.627,95	5.090.500,00	6.351.616,82
2020	174.000,00	1.000.000,00	27.879,13	1.694.221,19	2.896.100,32
2021	174.250,00	1.000.000,00	13.096,84	313.522,19	1.500.869,03
2022	150.605,18	1.543.061,84	78.961,41	731.980,04	2.504.608,47
2023	147.593,22	1.000.000,00	131.284,17	553.606,83	1.832.484,22
2024	194.051,39	1.000.000,00	46.554,59	548.566,93	1.789.172,91

Fonte: Elaboração própria com base em dados da BCE/UnB (2017–2024).

⁸ O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento de planejamento estratégico exigido pelo Ministério da Educação (MEC), que define a missão, visão, objetivos e metas de uma instituição de ensino superior, orientando suas ações acadêmicas, administrativas e financeiras em um período determinado, geralmente de cinco anos.

A Figura 6 demonstra a distribuição e variação dos recursos financeiros por origem e ano, permitindo observar as flutuações ocorridas no período e a importância diferenciada de cada fonte de recurso, ilustrando visualmente os dados da Tabela 1.

Figura 6 - Distribuição de recursos financeiros por origem e ano (2017–2024)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos Relatórios de Atividades da BCE/SIB (2017–2024).

Conforme evidenciado na Figura 6, a distribuição anual revela oscilações significativas entre as fontes, indicando momentos de expansão e retração orçamentária.

Esta seção analisa as principais fontes de financiamento da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), considerando os valores recebidos entre 2017 e 2024 e as tendências observadas ao longo do período. Optou-se por utilizar valores nominais em reais correntes, evitando possíveis distorções decorrentes de ajustes monetários ou do uso exclusivo de percentuais.

A análise das tendências orçamentárias revela comportamento irregular, com períodos de expansão seguidos de retrações expressivas. Destacam-se dois picos significativos: o primeiro, em 2017, quando o orçamento totalizou R\$ 4.024.251,44, impulsionado pela inclusão de recursos extraordinários; e o segundo, em 2019, quando o orçamento atingiu R\$ 6.351.616,82, resultado de um aporte excepcional de R\$ 5.090.500,00 provenientes de realocações internas de outros centros de custo da Universidade (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2019).

A partir de 2020, houve queda acentuada em decorrência da pandemia. Em 2021, o orçamento da BCE registrou um dos menores valores da série, com R\$ 1.500.869,03, superando apenas o resultado de 2018 (R\$ 1.284.204,26). Nos anos subsequentes, verificou-se recuperação moderada, alcançando R\$ 1.789.172,91 em 2024, ainda 56% inferior ao montante registrado em 2017. Esse comportamento demonstra não a ausência de planejamento, mas a influência direta de fatores conjunturais sobre as possibilidades de execução orçamentária da biblioteca⁹.

De modo agregado, observa-se que as quatro fontes de financiamento, PDI, Bibliografia, Receita Interna e Recursos Extraordinários, apresentaram comportamentos distintos quanto à estabilidade e ao volume de recursos. Os créditos oriundos do PDI mantiveram variação modesta, oscilando entre R\$ 128.607,00 em 2017 e R\$ 194.051,39 em 2024, com média anual de R\$ 163.638,35. Embora fundamentais para o suporte administrativo e a manutenção básica das atividades, seu volume limitado restringe a realização de investimentos estruturais de maior porte.

A verba de Bibliografia consolidou-se como a fonte mais estável e contínua de financiamento, variando de R\$ 1.000.000,00 a R\$ 1.543.061,84, com média anual de R\$ 1.128.068,84. Essa constância demonstra o compromisso institucional da Universidade de Brasília com a atualização e a ampliação do acervo, assegurando a continuidade dos serviços oferecidos à comunidade acadêmica mesmo em cenários de contenção orçamentária.

A Receita Interna, proveniente do pagamento de multas por atraso na devolução de materiais, apresentou baixa representatividade no orçamento total e caráter predominantemente educativo. Entre 2020 e 2024, essa fonte foi diretamente impactada pela pandemia: com a suspensão dos empréstimos físicos entre março de 2020 e março de 2022, as multas praticamente deixaram de ser geradas, atingindo o menor valor da série em 2021 (R\$ 13.096,84). Com a reabertura gradual das atividades, observou-se um aumento pontual em 2023 (R\$ 131.284,17), reflexo do acúmulo de devoluções em atraso e consequentes pagamentos de multas. Em 2024, a receita estabilizou-se em R\$ 46.554,59, o que corresponde a apenas 2,6% do

⁹ A variação na execução orçamentária não acontece porque a biblioteca não planejou bem, mas porque coisas de fora, como cortes de recursos, contingenciamentos, mudanças institucionais, decisões do governo, pandemia, inflação, mudanças de prioridades da UnB entre outros, afetam o que realmente pode ser executado, limitando o orçamento disponível.

orçamento total, valor pouco expressivo e destinado principalmente a cobrir despesas menores.

Os Recursos Extraordinários, por sua vez, representaram a categoria mais variável, porém com maior impacto nas oscilações do orçamento. Com média anual de R\$ 1.409.329,91, esses valores correspondem a créditos destinados a atividades temporárias ou excepcionais, de natureza não recorrente. Por isso, embora tenham sido decisivos em determinados períodos, como em 2017 e, sobretudo, em 2019, quando viabilizaram investimentos estruturantes em tecnologia e infraestrutura, incluindo a implantação do sistema RFID, aquisição de portais de segurança e terminais de autoatendimento (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2019), sua natureza eventual impede que sejam incorporados ao planejamento financeiro regular da BCE.

No conjunto do período analisado, os recursos extraordinários responderam por aproximadamente 51% do orçamento total da BCE/UnB. Sem esses créditos, a média anual cairia de R\$ 2,77 milhões para cerca de R\$ 1,36 milhão, valor insuficiente para manter o mesmo nível de investimento observado nos anos de pico. Essa dependência de fontes eventuais evidencia a influência de decisões conjunturais na capacidade de expansão da biblioteca, ainda que sem implicar ausência de gestão ou planejamento por parte da instituição.

A seguir, apresentam-se os gráficos de composição orçamentária por ano, que permitem observar a participação percentual de cada fonte de financiamento e compreender a evolução estrutural do orçamento da BCE/UnB entre 2017 e 2024.

Figura 7 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2017)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base no Relatório de Atividades da BCE/SIB (2017).

O exercício de 2017 caracterizou-se pela predominância dos recursos extraordinários, que representaram aproximadamente 57% do total, seguidos pela verba de bibliografia (37%) e pelos recursos do PDI (3%). Essa composição reflete o início de um ciclo de modernização, marcado por investimentos em infraestrutura e tecnologia, viabilizados por créditos adicionais de caráter excepcional.

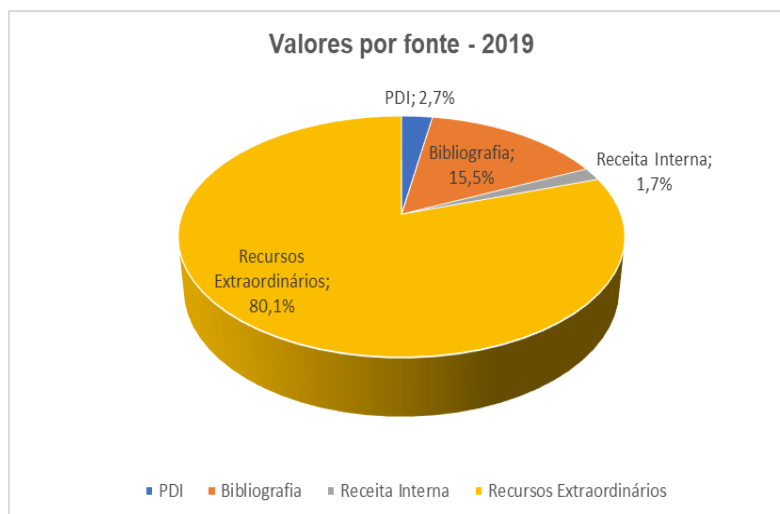
Figura 8 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2018)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base no Relatório de Atividades da BCE/SIB (2018).

Em 2018, o orçamento da BCE sofreu retração expressiva, totalizando R\$ 1.284.204,26. A verba de bibliografia manteve-se como a principal fonte de custeio, representando cerca de 78% do total, enquanto os recursos extraordinários e o PDI apresentaram participação marginal. O resultado reflete um período de ajuste institucional, sem a ocorrência de repasses adicionais.

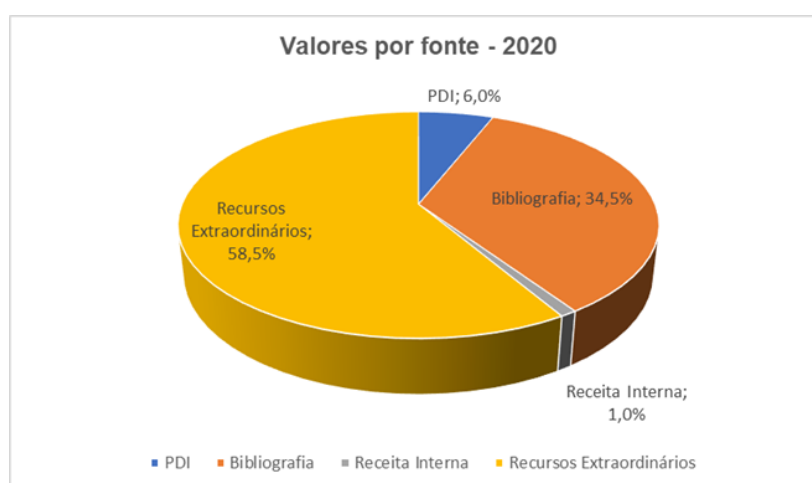
Figura 9 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2019)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base no Relatório de Atividades da BCE/SIB (2019).

O ano de 2019 apresentou o maior orçamento da série, com forte concentração em recursos extraordinários (cerca de 80% do total). Esse aporte excepcional possibilitou investimentos estruturantes, consolidando um marco na modernização tecnológica da BCE.

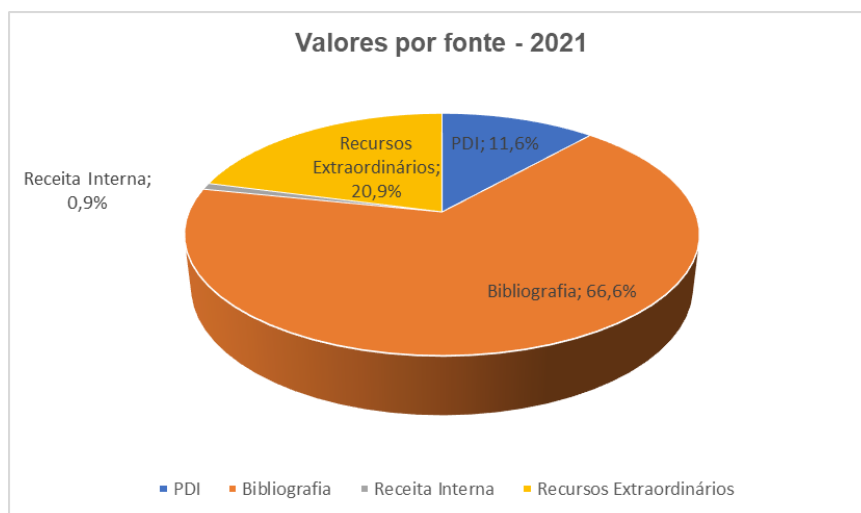
Figura 10 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2020)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base no Relatório de Atividades da BCE/SIB (2020).

Em 2020, a BCE enfrentou redução significativa de recursos, associada às limitações impostas pela pandemia e à diminuição dos repasses extraordinários. A verba de bibliografia voltou a representar a principal fonte de financiamento, assegurando a continuidade dos serviços essenciais.

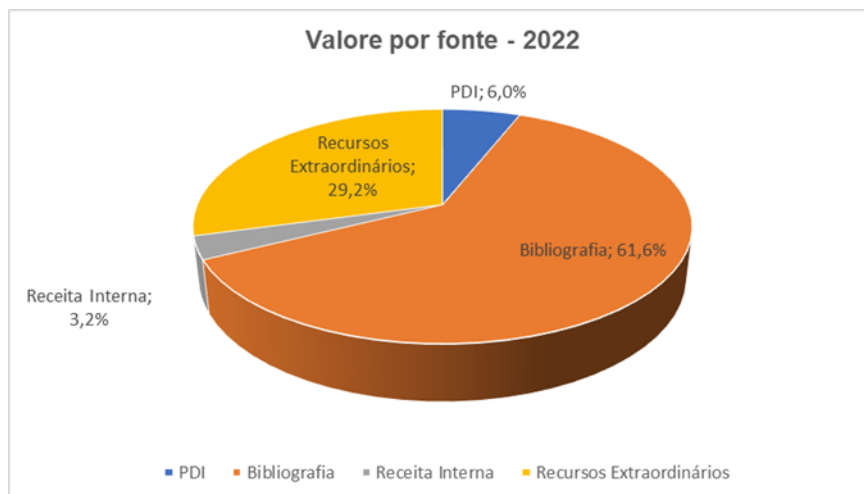
Figura 11 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2021)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base no Relatório de Atividades da BCE/SIB (2021).

O exercício de 2021 registrou o menor orçamento desde 2018, com leve equilíbrio entre as fontes de financiamento. A bibliografia permaneceu majoritária, enquanto os recursos extraordinários representaram cerca de 20% do total. Essa configuração demonstra resiliência institucional diante das restrições externas.

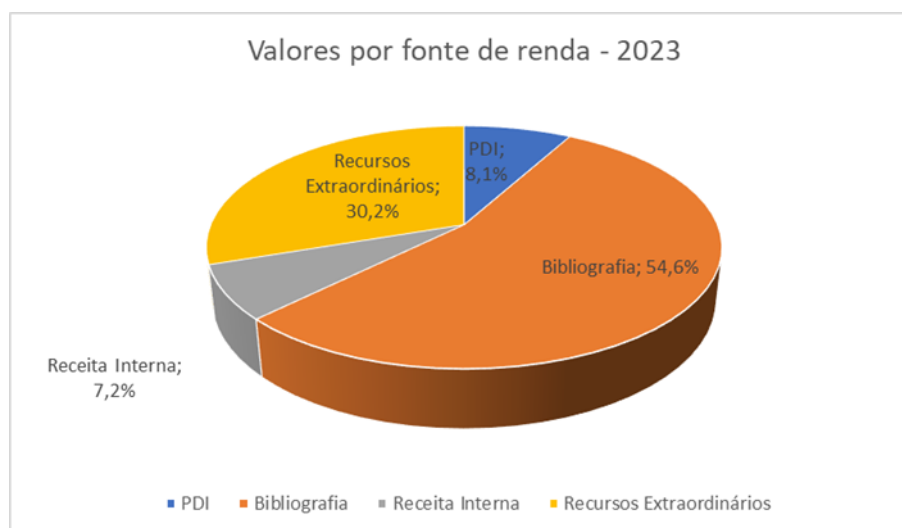
Figura 12 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2022)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base no Relatório de Atividades da BCE/SIB (2022).

A partir de 2022, observa-se recuperação gradual dos valores, marcada pelo aumento da verba de bibliografia e pelo retorno parcial dos recursos extraordinários. O cenário reflete a retomada das atividades presenciais e o restabelecimento das rotinas administrativas.

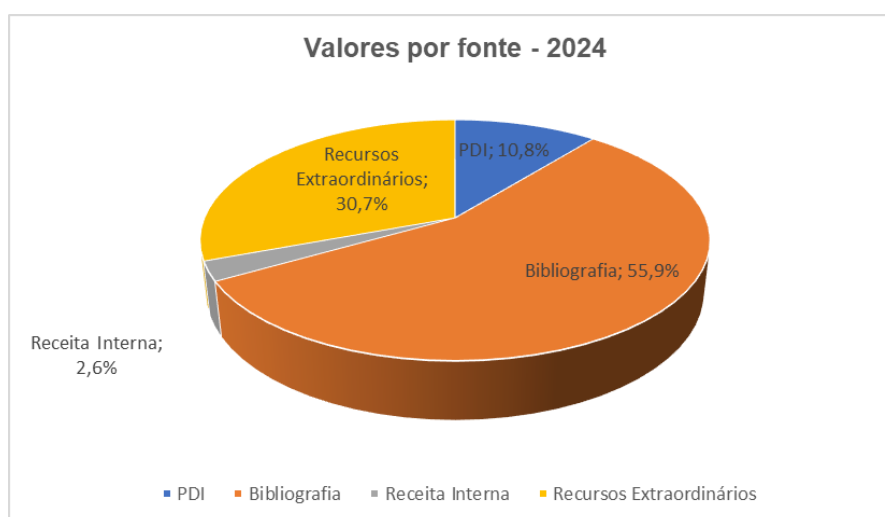
Figura 13 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2023)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base no Relatório de Atividades da BCE/SIB (2023).

Em 2023, houve elevação pontual da receita interna, resultante da cobrança de multas acumuladas durante o período de suspensão dos empréstimos físicos. Apesar dessa variação, o orçamento geral manteve-se concentrado nas fontes bibliográficas e extraordinárias, evidenciando estabilidade relativa.

Figura 14 - Composição orçamentária por fonte de financiamento da BCE/UnB (2024)



Fonte: Elaboração própria (2025), com base no Relatório de Atividades da BCE/SIB (2024).

O exercício de 2024 indica um cenário de maior estabilidade orçamentária em comparação aos anos imediatamente anteriores. A verba destinada à atualização de acervo — mantida em R\$ 1.000.000,00 — continuou sendo a principal responsável pela sustentação das atividades essenciais da BCE. Os recursos extraordinários também tiveram participação relevante no orçamento, permitindo a execução de investimentos pontuais, enquanto o PDI e a receita interna contribuíram com valores menores, porém importantes para o custeio básico. Embora o montante total de 2024 ainda esteja abaixo dos níveis registrados no período pré-pandemia, observa-se recuperação gradual em relação a 2021, sinalizando recomposição parcial da capacidade financeira da biblioteca.

A análise integrada do período de 2017 a 2024 demonstra que o financiamento da BCE/UnB é caracterizado por flutuações significativas, decorrentes principalmente da natureza temporária dos recursos extraordinários. Embora esses créditos tenham

sido fundamentais para o desenvolvimento de projetos estratégicos e modernização tecnológica, sua eventualidade reforça a importância de se fortalecer fontes regulares e previsíveis, como a verba de bibliografia e o PDI. Essa diversificação de mecanismos de financiamento é essencial para garantir a estabilidade financeira da biblioteca e assegurar a continuidade de investimentos que sustentem seu papel estratégico no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

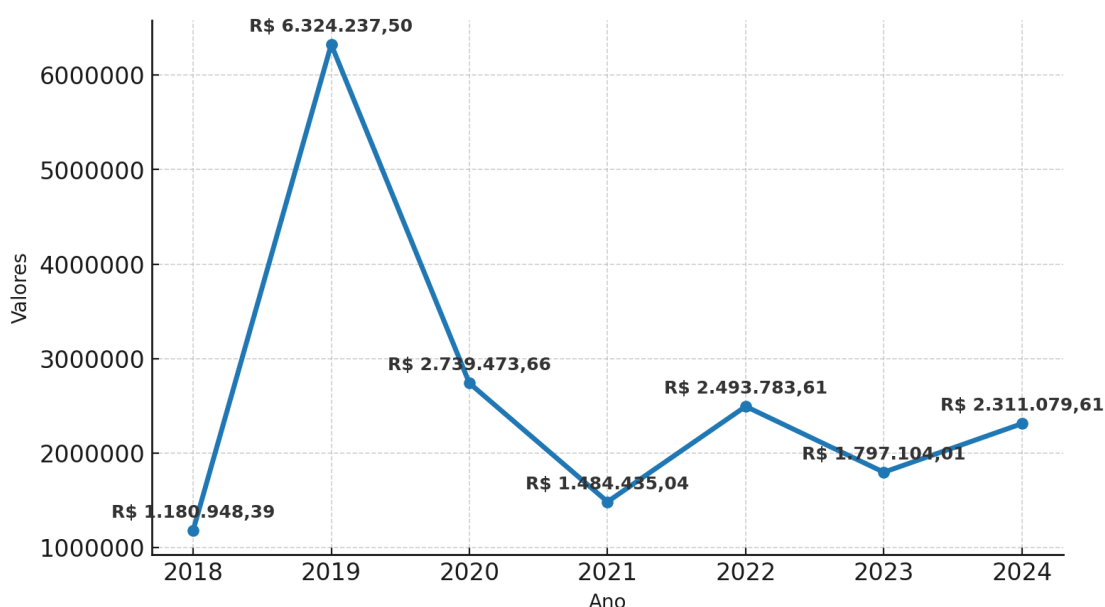
A análise da alocação dos recursos destinados à Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) permite compreender de que forma as diferentes fontes de financiamento se convertem em ações concretas para o funcionamento e o aprimoramento da instituição. Mais do que o montante total recebido em cada exercício, é a distribuição desses valores entre despesas de custeio, atualização do acervo, manutenção de equipamentos, investimentos tecnológicos e capacitação de pessoal que determina a capacidade da BCE de responder às demandas da comunidade acadêmica e da sociedade.

Nesse contexto, examinar a alocação orçamentária possibilita identificar prioridades institucionais, padrões de investimento e eventuais fragilidades na sustentabilidade financeira da biblioteca. Essa perspectiva contribui para a transparência da gestão pública e permite avaliar a efetividade dos recursos aplicados em relação às atividades de ensino, pesquisa, extensão e integração social.

Os dados referentes à alocação orçamentária de 2017 não foram disponibilizados de forma desagregada, o que impossibilitou sua inclusão nas análises comparativas e nos cálculos de médias anuais por categoria. Assim, as análises quantitativas foram realizadas com base nos anos de 2018 a 2024. A seguir, apresentam-se as tabelas de alocação de recursos por categoria de despesa, que permitem visualizar a evolução dos gastos ao longo do período.

A seguir, apresentam-se as tabelas de alocação dos valores orçamentários da BCE/UnB por categoria de despesa, permitindo visualizar a distribuição e evolução dos gastos ao longo do período analisado.

Figura 15 - Alocação de recursos nos anos de 2018 a 2024



Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos Relatórios de Atividades da BCE/SIB (2018–2024).

A análise da alocação de recursos no período de 2018 a 2024¹⁰ evidencia dinâmicas orçamentárias marcadas por oscilações significativas e as prioridades institucionais ao longo dos anos. Essa avaliação contribui para identificar padrões de investimento, responder a questões relacionadas à gestão pública e refletir sobre a sustentabilidade dos serviços oferecidos.

O ano de 2019 constituiu um ponto fora da curva, com alocação total de R\$ 6.324.237,50, resultado de um aporte extraordinário proveniente de outros centros de custo da Universidade. Esses recursos permitiram investimentos estruturais relevantes, como a implantação do sistema RFID, a aquisição de equipamentos e melhorias na infraestrutura física, configurando um investimento estratégico, ainda que não recorrente.

Nos anos de 2020 e 2021, observa-se queda acentuada nos valores disponibilizados, reflexo direto das restrições impostas pela pandemia de COVID-19

¹⁰ É importante destacar que o ano de 2017 não foi considerado nas análises comparativas e nos cálculos de média e variações anuais, em virtude da indisponibilidade de dados detalhados por categoria. Essa ausência limita as possibilidades de análise de longo prazo, mas não compromete a compreensão geral da tendência.

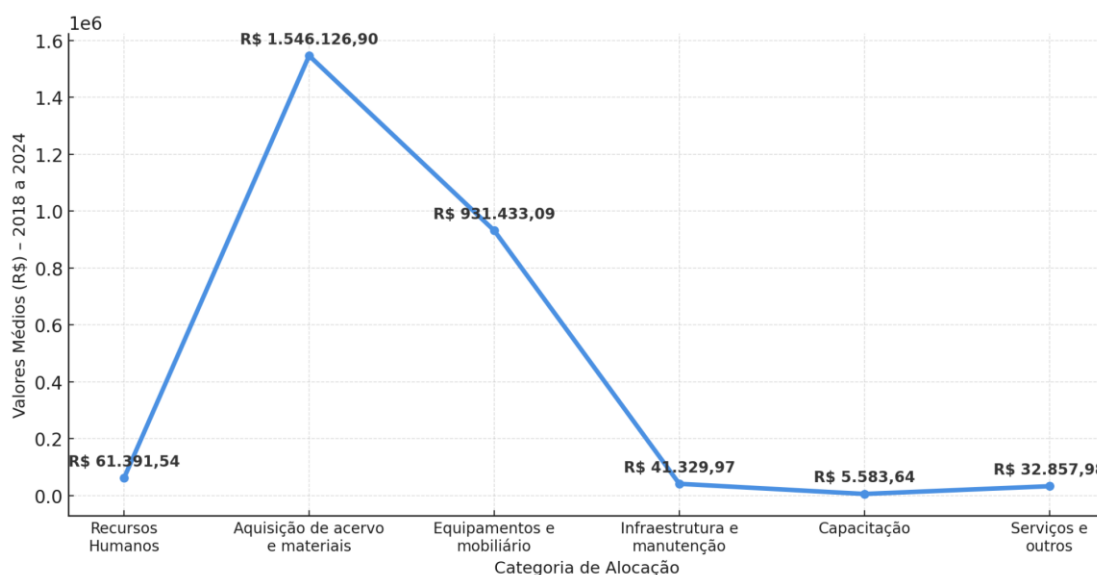
e das limitações operacionais decorrentes do fechamento da biblioteca. Esses anos foram marcados por um redirecionamento de prioridades institucionais e limitações operacionais.

Em 2022, verifica-se retomada gradual, acompanhada de reativação dos serviços e de investimentos pontuais em manutenção e acervo, o orçamento aumentou 68,00% em relação a 2021, sinalizando um movimento de recuperação institucional e reativação de serviços.

Em 2023, há nova retração (-27,94%), seguida de leve recuperação em 2024, com aumento de 28,60% em relação ao ano anterior.

A Figura 16 apresenta a alocação média de recursos por categoria na BCE/UnB entre 2018 e 2024, permitindo visualizar como os diferentes tipos de despesas foram distribuídos ao longo do período analisado.

Figura 16 - Alocação média de recursos por categoria da Biblioteca Central da UnB (2018–2024)



Elaboração própria (2025), com base nos Relatórios de Atividades da BCE/SIB (2018–2024).

A distribuição média dos recursos entre 2018 e 2024 evidencia prioridades claras. A maior parte dos investimentos foi direcionada à aquisição de acervo e materiais, com média anual de R\$ 1.546.126,90. categoria essencial para a atualização contínua dos conteúdos informacionais disponibilizados à comunidade acadêmica.

Os gastos com equipamentos e mobiliário, embora concentrados principalmente em 2019, refletem investimentos pontuais em modernização tecnológica e renovação física.

Recursos destinados a pessoal, capacitação, infraestrutura e serviços diversos mostram menor volume, mas são fundamentais para a execução cotidiana das atividades da biblioteca, pois sustentam atividades essenciais como estágios, bolsas e apoio operacional.

Por fim, as categorias de capacitação, infraestrutura e serviços diversos apresentam participação orçamentária mais modesta, mas continuam sendo componentes fundamentais para o funcionamento contínuo e eficiente da biblioteca.

É importante destacar que a variação das fontes de financiamento decorre, em grande medida, da natureza dos repasses: os recursos oriundos do PDI e da verba de bibliografia possuem destinação vinculada e previsibilidade moderada, enquanto os recursos extraordinários dependem de disponibilidade institucional, apresentando caráter eventual e forte impacto no orçamento total, apenas este permite flexibilidade da destinação. Assim, as oscilações observadas não refletem necessariamente decisões internas da BCE, mas sim o volume e o tipo de repasse disponível em cada exercício.

Ao analisar as alocações entre 2018 e 2024 mostra-se uma gestão orçamentária que busca equilibrar modernização, manutenção e acesso ao conhecimento, mesmo diante de desafios externos como a pandemia e restrições institucionais. A ausência de dados de 2017 representa uma limitação pontual, mas não compromete a consistência da análise realizada.

Nos últimos anos, os custos relacionados à manutenção e à atualização dos recursos informacionais vêm apresentando tendência de crescimento constante, especialmente em função da inflação editorial, da variação cambial e da ampliação das demandas acadêmicas. Entretanto, a verba destinada à rubrica “bibliografia”, embora relativamente estável, não tem acompanhado o aumento dos preços dos livros físicos e das bases digitais.

A elevação dos custos de livros e bases de dados tem ampliado a distância entre a necessidade de atualização contínua do acervo e a capacidade financeira da BCE para atender a essa demanda. Como resultado, a biblioteca enfrenta o desafio de conciliar a expansão do acesso à informação com a limitação dos recursos

públicos, buscando otimizar a aplicação dos valores disponíveis e priorizar materiais de maior relevância para o ensino, a pesquisa e a extensão.

A continuidade de investimentos estruturantes, a previsibilidade orçamentária e a busca por recursos compatíveis com o cenário atual serão decisivos para a sustentabilidade e a excelência dos serviços da BCE nos próximos anos.

Encerrado o exame dos recursos orçamentários e das tendências de alocação, torna-se pertinente compreender como esses recursos se relacionam com a geração de valor nas bibliotecas. O capítulo a seguir, portanto, apresenta a revisão de literatura que fundamenta a avaliação econômica dos serviços bibliotecários, abordando suas principais metodologias e experiências aplicadas no contexto nacional e internacional.

4 A AVALIAÇÃO ECONÔMICA DOS SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS

A avaliação econômica dos serviços bibliotecários tem ganhado relevância nas últimas décadas, sobretudo diante da necessidade de demonstrar, de forma objetiva, o valor social e financeiro dessas instituições em contextos de restrições orçamentárias. Embora amplamente reconhecidas pela sociedade por sua função cultural, educacional e científica, as bibliotecas, especialmente as públicas e universitárias, tradicionalmente têm seu valor percebido mais em termos simbólicos do que econômicos.

Apesar da importância social e educacional das bibliotecas, as metodologias econômicas tradicionais não contemplam adequadamente o valor de seus serviços, especialmente quando se trata de benefícios intangíveis e impactos sociais. Segundo Salaün (2013), a associação dos termos ‘economia’ e ‘bibliotecas’ ainda não produziu um corpo teórico consolidado na economia, pois mesmo grandes compilações da disciplina raramente incluem análises específicas sobre bibliotecas. Nesse sentido, compreender como a literatura especializada aborda a mensuração desse valor é fundamental para embasar análises como a realizada neste estudo.

Assim, esta revisão de literatura apresenta os principais conceitos, abordagens e estudos sobre a avaliação econômica de serviços bibliotecários, com foco na metodologia do retorno sobre o investimento (ROI), amplamente utilizada para estimar o impacto e a rentabilidade dessas instituições.

Para sintetizar os principais conceitos discutidos nesta seção, apresenta-se a seguir um quadro-resumo com a classificação dos serviços da Biblioteca Central da UnB à luz da teoria econômica dos bens públicos e dos recursos comuns, conforme Mankiw (2013). O objetivo é esclarecer, de maneira comparativa, como diferentes tipos de serviços bibliotecários assumem naturezas distintas no campo econômico, o que auxilia na compreensão dos desafios de mensuração e avaliação de seu valor.

Quadro 1 - Tipologia econômica dos serviços da BCE

Categoria	Características	Exemplo na BCE	Justificativa
Bem público	Não excludente; não rival	Espaços de estudo e consulta	Acesso amplo; uso por um não impede outro, exceto em lotação.

Recurso comum	Não excludente; rival	Empréstimo de livros físicos	Um exemplar só atende um usuário por vez; serviço rival.
Monopólio natural	Excludente; não rival	Bases de dados e bibliotecas digitais	Acesso exige credenciais; uso por um não reduz o dos demais.
Bem privado	Excludente; rival	Impressão paga (serviço terceirizado)	Uso restrito e rival; depende de pagamento ou autenticação.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em Mankiw (2013) e nos serviços da BCE/UnB.

A literatura econômica distingue entre bens públicos e recursos comuns a partir das características de rivalidade e exclusão. Segundo Mankiw (2013), bens públicos são aqueles que não são excludentes nem rivais, de modo que ninguém pode ser impedido de utilizá-los e seu consumo por um indivíduo não reduz a disponibilidade para os demais. Já os recursos comuns, embora também não excludentes, são rivais, pois o uso por uma pessoa reduz a possibilidade de fruição por outra. Essa classificação contribui para compreender o lugar ocupado pelas bibliotecas no conjunto dos bens coletivos.

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), por exemplo, oferece serviços que podem ser enquadrados tanto na categoria de bens públicos quanto na de recursos comuns. O espaço físico de estudo e consulta, assim como o acesso às bases de dados e às bibliotecas digitais (desde que acessadas dentro da BCE), constitui-se como um bem público: está disponível de forma aberta a toda a comunidade, sem restrição de vínculo institucional, e sua utilização por um usuário não diminui a possibilidade de acesso de outro. Em contrapartida, serviços como o empréstimo de livros físicos configuram-se como recursos comuns, pois estão sujeitos à rivalidade, já que um exemplar emprestado a um estudante ou servidor não pode ser simultaneamente utilizado por outro usuário. Além disso, este último serviço é excludente, já que apenas membros formalmente vinculados à universidade podem usufruí-lo. Essa distinção é relevante para a análise econômica, pois evidencia que a BCE reúne em sua estrutura a natureza híbrida de bem público e recurso comum, o que amplia tanto sua complexidade de gestão quanto os desafios de mensuração de seu valor econômico.

Além das categorias de bens públicos e recursos comuns, Mankiw (2013) também distingue os bens privados, definidos como excludentes e rivais, e os

monopólios naturais, caracterizados por serem excludentes e não rivais. Os monopólios naturais correspondem, na literatura contemporânea, ao conceito de bens de clube, cujo acesso pode ser limitado a um grupo específico, sem que o uso por um indivíduo reduza a disponibilidade para os demais. No contexto da BCE/UnB, o acesso às bases de dados e bibliotecas digitais constitui um exemplo de monopólio natural, pois depende de credenciais institucionais (excludência) e mantém não rivalidade no uso. Já serviços como impressão paga, configura bem privado, pois envolve exclusão direta e rivalidade no consumo. A inclusão dessas categorias amplia a compreensão da estrutura da BCE e justifica sua classificação híbrida.

Sob essa perspectiva, a biblioteca se distingue como um bem intangível cujo valor extrapola a lógica financeira tradicional. A dificuldade de mensuração decorre do fato de que seus principais benefícios, como o acesso ao conhecimento, a formação cidadã e a promoção da inclusão, não se traduzem diretamente em receitas monetárias. Ainda assim, trata-se de um espaço intrinsecamente democrático, que gera impactos diretos sobre seus usuários e benefícios indiretos para toda a sociedade (Aquino, 2014). Essa natureza intangível, portanto, impõe limites às análises estritamente econômicas, que não conseguem refletir de forma adequada o alcance social, educacional e cultural de seus serviços (Stampe, 2008).

Ainda assim, o valor social e econômico das bibliotecas e dos centros de documentação pode ser evidenciado pelas transformações observadas após as interações dos usuários com seus serviços, traduzidas em ganhos educacionais, informacionais e culturais que se difundem para além do indivíduo e alcançam a coletividade. Aquino (2014, p. 13) observa:

A sociedade se beneficia de forma direta na medida em que são discutidos no âmbito das universidades e pelos meios de comunicação os resultados de pesquisas realizadas por centros acadêmicos, ampliando a disseminação do conhecimento adquirido pelo processo de estudo e investigação e, neste contexto, as bibliotecas desempenham um lugar de relevo nas instituições de ensino superior.

Não surpreende, portanto, que, há muitos anos, diferentes estudos tenham buscado avaliar a relevância das bibliotecas. Contudo, a simples quantificação da circulação de materiais ou da produção anual não constitui um argumento suficientemente consistente para demonstrar a relação custo-benefício dos recursos e serviços disponibilizados (Pandey; Kumar, 2022). Para enfrentar essa limitação, nas últimas décadas, as bibliotecas vêm adotando distintas estratégias para evidenciar

sua importância institucional e o papel que desempenham junto aos usuários e à sociedade.

Entre essas estratégias, destaca-se a adoção de métodos que buscam mensurar os benefícios monetários gerados pelos programas das bibliotecas, a fim de avaliar seus resultados e evidenciar os impactos de suas atividades (Matthews, 2002). Essa necessidade de avaliação também se relaciona com sua forma de financiamento: por sua natureza de bem coletivo e baseada no compartilhamento, as bibliotecas não têm como objetivo a geração de lucro. O acesso a esses espaços é, em regra, gratuito ou ocorre mediante cobrança simbólica, o que as afasta da lógica de mercado. Por isso, seu funcionamento depende majoritariamente de subsídios públicos ou institucionais (Salaun, 2013).

Historicamente, as bibliotecas são amplamente reconhecidas como instituições essenciais e valorizadas pelas comunidades, associadas a símbolos de tradição, identidade cultural e preservação do conhecimento. Contudo, nas últimas décadas, pressões orçamentárias, decorrentes de aumentos de custos acima da inflação, da migração de coleções para formatos digitais, da redução da presença física de usuários e da popularização de mecanismos de busca como o Google, levaram administradores a questionar a alocação de recursos nessas instituições.

Nesse contexto, bibliotecas de diferentes tipos passaram a enfrentar crescente demanda para demonstrar seu valor e justificar seu financiamento (Kelly; Hamasu; Jones, 2012). O contexto contemporâneo exige que as bibliotecas adotem novas formas de atuação e ofereçam respostas diferenciadas, de modo a justificar não apenas a necessidade de sua manutenção, mas sobretudo o valor que agregam aos cidadãos (Correia; Marques, 2018).

Ainda segundo Correia e Marques (2018, p. 4):

Portanto, os profissionais ao serviço das bibliotecas de ensino superior têm que ter consciência das razões históricas, sociais, políticas, económicas e financeiras que conduziram ao momento que se vive atualmente nas instituições onde desempenham funções e, munidos desse conhecimento, adotar uma atitude dinâmica na procura de soluções que contribuam para a sustentabilidade dos seus serviços e da sua instituição como um todo. Desta forma, contribuem para o aumento do valor e do impacto do seu serviço junto da comunidade interna e externa à instituição a que pertencem.

Constata-se, assim, que, independentemente do suporte em que a informação é disponibilizada, as bibliotecas preservam sua função essencial de garantir o acesso dos usuários aos conteúdos de que necessitam. Todavia, mensurar o valor econômico

de cada biblioteca, bem como avaliar o retorno do investimento realizado nessas instituições, continua sendo um grande desafio. Essa dificuldade contribui para que muitas bibliotecas não recebam os recursos necessários e, em alguns casos, sejam inclusive fechadas.

A carência de investimentos, em diferentes frentes, pode estar relacionada ao desconhecimento acerca do retorno que tais recursos são capazes de gerar. Em contextos críticos, como o observado no Brasil, a insuficiência de financiamento e a falta de reconhecimento institucional têm levado ao fechamento de bibliotecas, evidenciando que os tomadores de decisão muitas vezes não possuem clareza quanto ao valor econômico dos bens e serviços informacionais já existentes nessas unidades (Santos, 2016).

Essa discussão torna-se ainda mais relevante em períodos de crise econômica. De acordo com Tenopir (2010), contextos de instabilidade intensificam a pressão para que as bibliotecas demonstrem constantemente seu valor perante usuários e mantenedores, de modo a justificar os investimentos recebidos. Germano (2011) acrescenta que, embora as bibliotecas sejam afetadas negativamente por períodos de instabilidade, esses momentos evidenciam ainda mais a relevância dos serviços de informação, uma vez que essas instituições exercem funções fundamentais relacionadas à alfabetização, ao acesso à informação e ao desenvolvimento de competências informacionais.

Assim, uma sociedade bem informada encontra-se mais preparada para enfrentar dificuldades e prevenir crises de maior gravidade. Nesse cenário, a premissa de que apenas o que possui preço tende a ser devidamente valorizado reforça a importância de mensurar as contribuições das bibliotecas e expressar seus benefícios em termos econômicos, para que possam ser reconhecidos e compreendidos por financiadores e responsáveis pela formulação de políticas públicas. O objetivo é que as bibliotecas sejam percebidas como instituições rentáveis não apenas do ponto de vista social, mas também econômico.

A avaliação das bibliotecas acadêmicas, nesse contexto, constitui um elemento fundamental tanto para a gestão de seus serviços quanto para sua defesa institucional. A atribuição de valor monetário aos serviços oferecidos torna-se ainda mais relevante em cenários de restrições orçamentárias, nos quais é necessário

justificar a alocação de recursos e demonstrar o impacto social e econômico dessas instituições (Melo; Sanches; Matos; Torres, 2018).

Segundo Santos (2016, p. 51), “cabe às bibliotecas o trabalho de comunicar ao usuário a relevância de suas atividades e, assim, gerar valor sob a perspectiva do usuário.”

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à percepção da sociedade sobre os serviços bibliotecários. Os custos das bibliotecas são assumidos por diferentes atores, a própria instituição, a administração pública ou entidades privadas mantenedoras, mas a população em geral não possui clareza sobre o valor efetivo desses serviços, tampouco sobre a contribuição que as bibliotecas oferecem à vida econômica e aos benefícios sociais gerados tanto para os usuários diretos quanto para a coletividade (Ross García, 2018).

Considerando a relevância crescente dos ativos intangíveis no mercado contemporâneo, emerge a questão central: qual é o valor efetivo daquilo que não pode ser diretamente mensurado? A avaliação econômica de bens e serviços que não possuem preço definido no mercado constitui tarefa complexa. Ainda que a informação seja reconhecida como um bem de consumo, determinar seu custo real continua sendo um grande desafio (Santos, 2016).

A mensuração financeira de bens e serviços intangíveis, como aqueles oferecidos pelas bibliotecas, busca justamente traduzir esses benefícios em valores monetários compreensíveis. Essa ponte é essencial para que o valor das bibliotecas seja reconhecido e utilizado no apoio a decisões de investimento e na formulação de políticas públicas. Conforme Aquino (2014), essas instituições produzem benefícios sociais incontestáveis, ao atuarem diretamente na vida da população, oferecendo acolhimento, inclusão e acesso à informação.

Além disso, como observa Hildebrand (2002), os benefícios classificados como indiretos podem ser mensurados financeiramente por diferentes métodos, que constituem tentativas de atribuir valor econômico a algo cujo significado real é intangível ou inestimável. Por essa razão, a mensuração da amplitude dos benefícios proporcionados pelas bibliotecas revela-se fundamental para a legitimação de políticas públicas e para a justificativa de investimentos na área cultural. Por se tratar de um bem cultural disponibilizado gratuitamente, torna-se necessário recorrer a um

método capaz de estimar um valor de mercado que reflita o quanto as pessoas atribuem importância a esse tipo de bem (AQUINO, 2014).

5 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE VALOR EM BIBLIOTECAS

A mensuração do valor econômico das bibliotecas tem sido objeto de diversos estudos ao redor do mundo, com diferentes enfoques e metodologias. O pioneirismo das bibliotecas públicas na aplicação do ROI é amplamente reconhecido, com estudos relevantes desde a década de 1970. O estudo de Glen Holt realizado em St. Louis Public Library em 1996 é amplamente reconhecido como um marco nas análises econômicas de bibliotecas, tendo servido de modelo para investigações posteriores (apud KELLY; HAMASU; JONES, 2012).

Experiências práticas em bibliotecas universitárias demonstram a viabilidade do uso de ferramentas automatizadas para o cálculo de retorno sobre investimento e de análises de custo-benefício de recursos informacionais, com aplicação no apoio à gestão e à tomada de decisão institucional (BODYCOMB; DEL BAGLIVO, 2012).

Meta-análises como a de Aabø (2009) indicam que, para cada dólar investido em bibliotecas públicas, há um retorno médio de aproximadamente quatro vezes mais. Matthews (2002) também relata índices de ROI entre 400% e 600%. Ferramentas práticas, como a Calculadora de Valor da Massachusetts Library Association, posteriormente adaptada pelo CSIC na Espanha, permitem mensurar o valor dos serviços com base em preços de mercado, evidenciando o custo que os usuários teriam caso não utilizassem a biblioteca. Quanto à coleta dos dados, os cálculos do valor econômico dos serviços de bibliotecas podem ser realizados pelas próprias bibliotecas ou por redes de bibliotecas, considerando o ano em curso ou períodos mais curtos, como amostragens do valor dos serviços prestados. Além disso, esses cálculos podem ser estimados a partir da perspectiva dos usuários, a fim de mensurar quanto custaria a aquisição desses recursos de forma pontual ou ao longo de determinado período de tempo (FRANÇA; PORTELA; SOUZA, 2016).

No âmbito das bibliotecas universitárias, a discussão é mais recente e metodologicamente complexa. Pritchard (1996) já destacava a dificuldade em determinar o valor dessas instituições pela ausência de métodos padronizados que permitissem mensurar de forma consistente sua importância. Um estudo pioneiro foi conduzido por Luther (2008) na University of Illinois at Urbana-Champaign, que analisou o ROI da biblioteca com base na contribuição de citações em pesquisas financiadas, obtendo um índice de 4,38:1 em 2006.

Tenopir (2010) expandiu a pesquisa internacionalmente, revelando variações expressivas de ROI entre 0,64:1 e 15,54:1 em diferentes universidades, confirmando, em alguns casos, uma correlação positiva entre o aumento dos investimentos

bibliotecários e o crescimento do financiamento por meio de subvenções. O projeto Lib-Value, financiado pelo Institute of Museum and Library Services (IMLS), desenvolveu modelos adaptáveis de valoração, com destaque para o estudo SU-ROI (Syracuse University ROI), pioneiro ao aplicar o método de valoração contingente para avaliar o valor holístico de uma biblioteca universitária.

Experiências internacionais reforçam a relevância do tema. Na Universidade de Lisboa, Melo et al. (2018) utilizaram a norma ISO 16439:2014 para calcular o valor tangível de serviços como empréstimos (€14,00), uso de periódicos online (€6,50) e acesso à internet (€0,50), com base no custo médio em bibliotecas de ensino superior portuguesas. Pesquisas em universidades norte-americanas, como a California State University Northridge e a Cornell University, estimaram valores superiores a US\$ 31 milhões e US\$ 90 milhões, respectivamente.

No Brasil, os estudos são mais recentes. Aquino (2014) avaliou as bibliotecas do CAEN e do LABOMAR, na Universidade Federal do Ceará, aplicando o Método de Valoração Contingente e a Disposição a Pagar (DAP), obtendo valores médios mensais de R\$ 5,23 e R\$ 8,96, revelaram alto valor de mercado para essas unidades. França, Souza e Portela (2017), por sua vez, atribuíram valor econômico aos serviços da Biblioteca Central Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, calculando um total superior a R\$ 30 milhões em 2015, com destaque para o empréstimo de livros, que superou em dez vezes o orçamento anual de aquisição.

Outras experiências, como a pesquisa realizada em Navarra (Espanha, 2016), mostraram retorno de €3,49 por euro investido quando calculado por preços de mercado, e de €4,66 pela valoração contingente, demonstrando a rentabilidade do serviço em diferentes perspectivas metodológicas.

A consolidação desses estudos em diferentes contextos evidenciou que o reconhecimento do valor das bibliotecas está diretamente associado ao desenvolvimento de métodos adequados de mensuração. Assim, compreender as principais abordagens utilizadas para avaliar economicamente seus serviços é passo fundamental para identificar os critérios, instrumentos e resultados que orientam essa literatura e, a partir deles, fundamentar a aplicação da metodologia ao caso da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

As principais abordagens incluem a valoração contingente, a atribuição de preços de mercado, a valoração baseada no tempo, a análise de custo-benefício, a mensuração do impacto econômico direto e os modelos econométricos de citações.

A valoração contingente corresponde a um método baseado na aplicação de questionários amostrais, por meio dos quais se busca atribuir um valor monetário às preferências individuais em relação a bens ambientais ou culturais que não possuem preço de mercado. O propósito central dessa técnica é identificar a disposição a pagar dos indivíduos pelos referidos bens (Santos, 2016).

O método tem sua base na economia do bem-estar, ramo da microeconomia que analisa os efeitos das mudanças sobre a utilidade dos indivíduos, expressos em termos monetários. Trata-se de uma ferramenta de pesquisa voltada a atribuir valor a bens sem preço de mercado, funcionando como uma valoração provisória ou simulada, a partir de um mercado hipotético apresentado ao respondente.

Essa técnica mostra-se eficaz para estimar quantitativamente um valor e, ao mesmo tempo, evidenciar o papel social dos bens avaliados no âmbito da alocação de recursos públicos (Aquino, 2014). Segundo Stampe (2008, p. 2), o Método de Valoração Contingente é empregado por economistas e busca identificar quanto as pessoas estão dispostas a pagar para usufruir de determinado bem ou participar de uma atividade, sendo uma forma direta de mensuração realizada por meio de entrevistas ou questionários.

Os bens considerados não comercializáveis incluem museus, bibliotecas, praças, praias e parques, ou seja, bens de uso comum que não possuem preço de mercado. Também se enquadram nessa categoria os chamados bens intangíveis, como o capital intelectual, o conhecimento e a educação, cujo valor é de difícil mensuração, uma vez que não pode ser captado apenas por indicadores de receitas geradas.

Ainda que se reconheça a relevância do método de valoração contingente, estudos como o de Lee e Chung (2012) destacam que motivações altruístas podem influenciar a disposição a pagar, o que exige cautela na interpretação dos resultados e na definição do valor econômico real dos serviços bibliotecários.

Identificamos três tipos de vieses que podem surgir na aplicação dos questionários do método acima. O primeiro é o *yea-saying*, caracterizado pela tendência do indivíduo em responder afirmativamente a todas as questões, o que

pode levar à superestimação dos valores. O segundo, denominado *protest answers*, ocorre quando o respondente opta por não responder ou seleciona alternativas conflitantes. Já o terceiro viés, o *information bias*, refere-se à possibilidade de respostas inválidas decorrentes do desconhecimento sobre os serviços avaliados ou sobre a própria natureza da valoração hipotética.

Outra metodologia utilizada é a Atribuição de Preços de Mercado (APM), que consiste em mensurar o valor de um serviço prestado a partir da comparação com serviços semelhantes disponíveis mediante pagamento. Para tanto, torna-se imprescindível a realização de levantamentos prévios que identifiquem os valores praticados no mercado (Garcia, 2018).

No caso de uma biblioteca, por exemplo, o valor de um empréstimo de livro poderia ser equiparado ao custo de compra do exemplar. Tal procedimento é considerado uma medida conservadora, por priorizar benefícios diretos, mas apresenta limitações, já que nem todos os serviços possuem correspondentes exatos no setor privado.

A valoração baseada no tempo considera o tempo despendido e o esforço dos usuários ao frequentarem a biblioteca, o que os economistas denominam custos transacionais. Contudo, Santos (2016) observa que há dificuldade em mensurar esse tempo de forma adequada, devido à diversidade de perfis e hábitos dos usuários, o que limita o uso do método em comparação com outras abordagens.

Ainda na perspectiva da avaliação econômica, a análise custo-benefício constitui um instrumento amplamente utilizado. França, Souza e Portela (2018, p. 4) definem a relação custo-benefício como “a análise referente entre o que se gasta e o que se recebe como lucro”. Segundo Balbinoto Neto (2016), essa relação se estabelece pela comparação entre alternativas, levando em conta seus respectivos custos e resultados. Aplicado às unidades de informação, esse tipo de análise fundamenta a continuidade de um serviço com base nas vantagens que oferece à comunidade.

Além desses métodos, o Impacto Econômico Direto (IED) busca medir quanto a biblioteca agrega à comunidade em termos de construções públicas, aquisições, gastos de funcionários e de usuários na economia local. Já os Modelos Econométricos de Citações relacionam o uso da biblioteca à produtividade científica e à obtenção de bolsas e financiamentos.

Esses modelos partem da ideia de que os investimentos em materiais e serviços bibliotecários contribuem para aumentar a eficiência dos pesquisadores. O impacto, portanto, reflete-se no crescimento do número de citações e na maior captação de recursos, bem como na atração e retenção de docentes produtivos, fortalecendo a produtividade acadêmica (PANDEY; KUMAR, 2022).

Em cenários de restrições financeiras e cortes orçamentários nas universidades, a relevância das bibliotecas para o alcance dos objetivos institucionais tem sido constantemente questionada. Nesse contexto, o Retorno sobre o Investimento (ROI) apresenta-se como ferramenta objetiva para demonstrar, tanto aos gestores universitários quanto à sociedade, a importância estratégica das bibliotecas acadêmicas em nível local e global.

Historicamente, essas instituições mantinham postura discreta quanto à divulgação de sua contribuição. Contudo, diante das atuais demandas, torna-se necessário explicitar as formas, muitas vezes invisíveis, pelas quais sustentam o êxito institucional (TENOPIR; KAUFMAN, 2010).

Diante desse cenário, entre as métricas aplicáveis à avaliação do valor das bibliotecas, o ROI destaca-se por permitir comparar o custo despendido com os benefícios obtidos, oferecendo uma medida concreta da eficácia do investimento. O conceito foi criado por Donaldson Brown em 1908 para avaliar desempenho financeiro e, posteriormente, incorporado ao campo biblioteconômico. No caso das bibliotecas acadêmicas, essa métrica possibilita verificar a eficiência dos recursos investidos, subsidiar decisões estratégicas e justificar orçamentos futuros, ainda que sua aplicação seja mais complexa nas bibliotecas públicas (PANDEY; KUMAR, 2022).

Nesse sentido, é importante destacar que o ROI se configura como indicador de sucesso ao quantificar diretamente o retorno de um investimento em relação ao seu custo, geralmente expresso em porcentagem ou razão. Essa objetividade fortalece seu uso em avaliações institucionais e reforça sua relevância na gestão de recursos.

Embora o conceito tenha origem no início do século XX, seu uso nas bibliotecas ganhou destaque apenas recentemente. Segundo Kingma e McClure (2015), os estudos sobre ROI se expandiram a partir de abordagens orientadas a resultados, influenciadas pela economia.

No contexto acadêmico, essas pesquisas demonstram como a biblioteca contribui para atividades geradoras de receita e agrega valor a estudantes e docentes.

Kelly, Hamasu e Jones (2012) observam que a literatura sobre o tema tem se ampliado entre bibliotecários interessados em adotar o ROI como ferramenta para demonstrar o valor de suas bibliotecas. Nesse sentido, o ROI é compreendido como o valor total retornado por um produto ou serviço em relação ao custo para produzi-lo ou fornecê-lo, servindo como indicador para orientar decisões e estimar a rentabilidade de investimentos.

O percurso histórico do conceito reforça sua aplicabilidade atual. Criado por Brown no ambiente empresarial, o ROI foi adaptado ao contexto das bibliotecas para traduzir seus benefícios em termos monetários compreensíveis por administradores e financiadores. Essa adaptação permitiu que bibliotecas públicas, acadêmicas e especializadas passassem a divulgar estudos evidenciando o valor de seus serviços e recursos.

Para Kelly, Hamasu e Jones (2012), cabe ao bibliotecário justificar alocações orçamentárias e demonstrar o valor da biblioteca em termos claros aos gestores. A identificação das partes interessadas e a apresentação de evidências concretas tornam o ROI um instrumento estratégico de credibilidade e responsabilidade institucional.

Tenopir (2010) destaca que “o ROI é necessário não apenas para medir os valores atuais da biblioteca para a instituição. As métricas de ROI também podem ajudar os bibliotecários a orientar mudanças e definir prioridades para o futuro.” (tradução nossa). Essa visão mostra como o ROI ultrapassa o aspecto contábil e se projeta como ferramenta de planejamento e transformação.

Assim, bibliotecários têm buscado estratégias inovadoras para mensurar e demonstrar o valor de suas bibliotecas junto às instituições mantenedoras, ao mesmo tempo em que procuram responder às necessidades dinâmicas dos usuários (TENOPIR; MAYS; KAUFMAN, 2010). Esse esforço envolve identificar formas eficazes de atender às demandas do público e comunicar a relevância das atividades bibliotecárias a administradores e financiadores.

Consequentemente, as bibliotecas enfrentam crescente pressão para comprovar seu valor perante as comunidades que atendem. Num cenário de concorrência intensificada, elevação de custos, restrições orçamentárias e demandas

crescentes por evidências de desempenho, os estudos de ROI se consolidam como instrumentos estratégicos para garantir recursos e orientar decisões. Além de apoiar a manutenção do orçamento, permitem avaliar a contribuição dos serviços bibliotecários para os resultados institucionais e direcionar melhorias (Kingma; McClure, 2015).

Desse modo, o ROI se revela não apenas uma métrica de mensuração, mas também uma estratégia essencial para enfrentar os desafios contemporâneos. Como destaca Tenopir (2010), ao demonstrar que cada unidade monetária investida pode retornar em benefícios concretos, sejam eles receitas adicionais, maior produtividade docente ou sucesso estudantil, o ROI reforça o alinhamento da biblioteca com a missão institucional.

Essa abordagem tem incentivado bibliotecas a desenvolver métodos adaptados às suas realidades. A atuação proativa nesse campo tem permitido avanços importantes nas áreas da economia e da gestão, especialmente ao traduzir em termos econômicos benefícios que antes eram invisíveis para a sociedade. De forma complementar, García (2018) ressalta que, nas últimas décadas, o ROI passou a ser amplamente utilizado como ferramenta para calcular o valor econômico e social das bibliotecas, representando o retorno financeiro para cada unidade monetária investida.

Em síntese, embora existam diversas abordagens para mensurar o valor das bibliotecas, o ROI se destaca por sua clareza e objetividade. Ao oferecer uma medida financeira quantificável, torna-se um recurso essencial para a comunicação com gestores e para a defesa do financiamento institucional. Além disso, contribui para tornar visível a “rentabilidade” das bibliotecas em termos econômicos, fortalecendo seu papel estratégico e seu reconhecimento social.

6 METODOLOGIA, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

A presente pesquisa adota uma abordagem quantitativa de natureza econômica, voltada à mensuração do valor dos serviços oferecidos pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB). O objetivo consiste em estimar o benefício econômico gerado por dois serviços específicos: o empréstimo de livros físicos, tradicionalmente ofertado ao público universitário, e o acesso à plataforma de livros digitais Minha Biblioteca, que integra o acervo eletrônico institucional. A escolha desses dois serviços fundamenta-se em sua ampla utilização pela comunidade acadêmica, na possibilidade de mensuração econômica direta e no impacto significativo que produzem em termos de acesso à informação e economia individual dos usuários.

O Minha Biblioteca é uma plataforma digital de livros eletrônicos acadêmicos, formada pelo consórcio de editoras Atlas, Grupo A, Grupo Gen e Saraiva. A ferramenta funciona como uma base de dados de e-books, reunindo obras essenciais ao ensino, à pesquisa e à extensão, e compõe o acervo digital disponibilizado pela BCE/UnB aos seus usuários. Já o serviço de empréstimo de livros físicos, tradicional nas bibliotecas universitárias, consiste na disponibilização temporária de exemplares do acervo impresso para consulta externa, permitindo que os usuários acessem conteúdos acadêmicos sem a necessidade de compra dos materiais.

Nos últimos anos, tanto os preços dos livros físicos quanto os valores cobrados pelas bases de dados têm aumentado de forma contínua. Esse cenário tem gerado desafios adicionais para a BCE, especialmente porque alguns serviços e assinaturas deixaram de ser renovados em razão da incompatibilidade entre os custos praticados e o orçamento disponível. No caso do Minha Biblioteca, a variação dos valores contratados ao longo dos anos evidencia esse aumento progressivo, conforme apresentado no Apêndice A; de modo semelhante, a lista de bases de dados anteriormente assinadas e posteriormente canceladas, apresentada no Apêndice B, ilustra a pressão orçamentária que impacta diretamente a manutenção do acervo digital institucional. Esses aspectos reforçam a importância de análises econômicas que permitam demonstrar o retorno gerado pelos serviços mantidos pela BCE.

As informações utilizadas na pesquisa referem-se ao ano de 2024 e foram obtidas exclusivamente em fontes institucionais da BCE, incluindo registros administrativos, relatórios internos, contratos, dados fornecidos pelas equipes de

Seleção e Compras e informações extraídas do Sistema Pergamum. Esse conjunto de dados confere consistência, confiabilidade e aderência metodológica às estimativas realizadas.

A variável “quantidade de usos” foi definida de acordo com a natureza de cada serviço. Para os livros físicos, o uso corresponde ao total de empréstimos registrados no Sistema Pergamum, considerando-se cada empréstimo como uma unidade de benefício individual. Já no caso dos e-books, os dados foram obtidos nos relatórios administrativos da plataforma Minha Biblioteca. Entre os indicadores disponíveis — “usuários ativos” e “sessões geradas” — optou-se pelo primeiro, por refletir acessos reais de usuários distintos a títulos diferentes. Cada combinação entre usuário e título foi tratada como um uso independente, evitando duplicações e garantindo maior precisão no cálculo da demanda. A variável “sessões geradas” não foi utilizada por refletir aberturas sucessivas de um mesmo livro, o que poderia inflar artificialmente o volume de uso.

Todos os dados utilizados foram tratados de forma agregada, sem qualquer identificação individual, garantindo total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Não foram coletadas, armazenadas ou analisadas informações pessoais sensíveis, preservando a privacidade dos usuários e assegurando aderência às diretrizes éticas e legais aplicáveis à pesquisa pública.

A estimativa do valor monetário associado aos usos baseou-se em procedimentos distintos para cada tipo de serviço. Para os livros físicos, utilizou-se o preço médio de aquisição dos exemplares comprados pela BCE em 2024, obtido pela divisão entre o valor total investido e o número de unidades adquiridas no período. Esse valor médio representa o custo evitado pelo usuário ao optar pelo empréstimo, em vez de adquirir o livro por conta própria.

Para os e-books, adotou-se o preço médio dos cinquenta títulos mais acessados na plataforma Minha Biblioteca durante o ano analisado. Os preços foram obtidos por meio de pesquisa na Amazon Brasil, referência nacional na comercialização de livros eletrônicos. A média aritmética desses valores foi adotada como benefício unitário por acesso digital, assegurando padronização e comparabilidade entre os dados.

Os custos operacionais considerados no estudo incluem despesas com aquisição de livros físicos e pagamento da assinatura anual da plataforma Minha

Biblioteca. As informações foram obtidas junto aos setores responsáveis pela administração dos recursos informacionais da BCE.

Com base nessas informações, foram calculados o benefício total e o Retorno sobre o Investimento (ROI). O benefício total (B) resulta da multiplicação do número de usos (U) pelo valor médio por uso (V), conforme a expressão:

$$B = U \times V$$

Esse resultado corresponde ao montante que os usuários deixariam de desembolsar caso precisassem adquirir individualmente os recursos informacionais utilizados, representando, portanto, o benefício econômico gerado pelo serviço.

O *ROI* absoluto é obtido pela razão entre o retorno líquido (Benefício total – Custo total) e o custo total (C):

$$ROI = (B - C) / C$$

Já o *ROI* percentual, utilizado para facilitar a interpretação e a comunicação dos resultados, é calculado por:

$$ROI\% = [(B - C) / C] \times 100$$

O quadro 2 apresenta, de forma organizada, as variáveis utilizadas nestes cálculos.

Quadro 2 - Variáveis utilizadas no cálculo do Retorno sobre o Investimento (ROI)

Variável	Descrição
Serviço	Tipo de serviço analisado: empréstimo de livros físicos e acesso a e-books
Número de usos (U)	Total de empréstimos ou acessos únicos no período.
Valor médio por uso (V)	Preço médio unitário de mercado ou custo médio equivalente.
Benefício total ($B = U \times V$)	Estimativa do benefício econômico gerado pelo serviço.
Custo total (C)	Investimento da BCE na aquisição ou assinatura do serviço.
ROI absoluto	Razão entre retorno líquido e o custo total: $(B - C)/C$.
ROI percentual	Retorno percentual: $[(B - C)/C] \times 100$.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A utilização do ROI permite mensurar, em termos quantitativos, a relação entre o benefício econômico gerado e os recursos financeiros aplicados na manutenção dos serviços estudados. Esse indicador é amplamente utilizado em estudos de valoração de bibliotecas e constitui importante ferramenta de gestão e comunicação institucional.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos para os dois serviços analisados. No caso do acervo físico, foram registrados 31.722 empréstimos de livros em 2024. O valor médio de aquisição dos exemplares, calculado em R\$ 258,25, permitiu estimar um benefício econômico total de R\$ 8.192.206,50, montante que representa a economia proporcionada aos usuários. Considerando que o custo anual de aquisição de livros pela BCE foi de R\$ 996.344,02, o ROI absoluto obtido foi de 7,22, indicando que cada real investido retornou mais de sete reais em benefício direto aos usuários. Em termos percentuais, o ROI alcançou 722,23%, evidenciando elevada eficiência econômica do acervo físico.

No acervo digital, os resultados foram ainda mais expressivos. A plataforma Minha Biblioteca contabilizou 93.368 usos únicos em 2024. O valor médio dos e-books

mais utilizados, apurado em R\$ 471,84, resultou em um benefício estimado de R\$ 44.054.757,12. Considerando que o custo anual da assinatura da plataforma foi de R\$ 360.000,00, obteve-se um ROI de 121,37, equivalente a 12.137,43% em termos percentuais. Esses números evidenciam que, devido à alta demanda e à capacidade de atender múltiplos usuários simultaneamente, o acervo digital apresenta um retorno econômico significativamente superior ao acervo físico.

A Tabela 2 sintetiza os principais indicadores econômicos dos dois serviços avaliados, permitindo visualizar de forma comparativa os valores de benefício, custos e retorno sobre o investimento.

Tabela 2 - Comparação Geral dos Indicadores

Serviço	Usos (U)	Valor Médio (V)	Benefício (B)	Custo (C)	ROI (%)
Livros Físicos	31.722	R\$ 258,25	R\$ 8.192.206,50	R\$ 996.344,02	722,23%
Minha Biblioteca	93.368	R\$ 471,84	R\$ 44.054.757,12	R\$ 360.000,00	12.137,43%

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em dados da pesquisa

Para fins de transparência metodológica e para evidenciar como os valores numéricos foram obtidos, a Tabela 3 apresenta a demonstração dos cálculos aplicados aos dois serviços analisados.

Tabela 3 - Demonstração dos cálculos do benefício e do ROI

Indicador	Livros Físicos	Minha Biblioteca	Descrição
Usos (U)	31.722	93.368	Total de utilizações
Valor Médio (V)	R\$ 258,25	R\$ 471,84	Preço médio por item
Benefício (B)	R\$ 8.192.206,50	R\$ 44.054.757,12	$B = U \times V$
Custo total (C)	R\$ 996.344,02	R\$ 360.000,00	Investimento anual
ROI absoluto	7,22	121,37	$ROI = (B - C) / C$
ROI Percentual	722,23%	12.137,43%	Retorno percentual

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em dados da pesquisa.

Esses resultados evidenciam diferenças significativas entre os dois serviços. O acervo digital apresenta desempenho econômico mais elevado devido à alta demanda, ao uso simultâneo por múltiplos usuários e ao custo relativamente reduzido em comparação ao benefício gerado.

Entretanto, apesar da diferença expressiva entre os ROI dos dois serviços, a maior eficiência econômica do digital não reduz a relevância do acervo físico dentro do contexto universitário. Deve-se considerar que o acesso digital, embora amplamente utilizado, não está igualmente disponível para todos os estudantes. Muitos usuários enfrentam dificuldades relacionadas à falta de dispositivos adequados, à baixa conectividade ou à indisponibilidade de ambientes domésticos apropriados para estudo. Nesse sentido, o acervo físico preserva um papel essencial ao garantir equidade de acesso, especialmente para aqueles que dependem do espaço físico da biblioteca para estudar ou acessar materiais imprescindíveis à sua formação. Além disso, o acervo físico também possui valor cultural, histórico e simbólico, representando uma dimensão que transcende sua função utilitária imediata.

É importante destacar, ainda, que o acervo físico constitui patrimônio institucional, com valor material, histórico e cultural para a Universidade. Os livros físicos representam investimento duradouro, preservação da memória acadêmica e registro documental que permanece acessível independentemente de mudanças tecnológicas. Já o acervo digital, embora extremamente eficiente e de alto impacto econômico, não integra o patrimônio material, pois depende de contratos temporários de assinatura, pode sofrer alterações de catálogo e está vinculado à continuidade das plataformas externas.

A Tabela 4 apresenta uma comparação direta entre os serviços físico e digital, destacando suas diferenças de desempenho econômico.

Tabela 4 - Comparação Direta entre Serviços

Indicador	Livros Físicos	Minha Biblioteca
Benefício Total	R\$ 8,19 milhões	R\$ 44,05 milhões
Custo Total	R\$ 996 mil	R\$ 360 mil
ROI (vezes)	7,22	121,37
ROI (%)	722%	12.137%

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em dados da pesquisa.

Assim, os resultados demonstram que os serviços físico e digital cumprem funções distintas, porém complementares. Enquanto o acervo digital promove eficiência ampliada, alcance massivo e elevado retorno econômico, o acervo físico assegura acessibilidade universal, acolhimento e diversidade de usos, especialmente para estudantes que enfrentam limitações tecnológicas. A manutenção do equilíbrio entre essas duas modalidades fortalece o impacto institucional da BCE/UnB, ampliando seu papel no apoio ao ensino, à pesquisa e à democratização do acesso ao conhecimento.

De maneira geral, os valores obtidos demonstram que a BCE gera benefícios substanciais para a comunidade acadêmica, com retorno econômico amplamente superior ao investimento realizado, tanto no acervo físico quanto no digital. Os valores elevados de ROI obtidos neste estudo dialogam diretamente com a literatura especializada, que aponta as bibliotecas universitárias como instituições capazes de ampliar os efeitos dos investimentos educacionais e de gerar retornos substanciais e mensuráveis (KELLY et al., 2012; MELO et al., 2018). A elevada taxa de utilização dos serviços confirma sua relevância e evidencia o alinhamento entre o desenvolvimento de acervos e as necessidades reais dos usuários.

7 LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA

Embora a pesquisa tenha adotado procedimentos metodológicos rigorosos, algumas limitações inerentes ao processo de coleta e organização dos dados devem ser consideradas. A análise concentrou-se no ano de 2024 em razão da disponibilidade completa e padronizada das informações referentes ao período, o que garantiu maior consistência às estimativas e assegurou comparabilidade entre as variáveis utilizadas.

No caso dos e-books, o valor médio unitário foi obtido a partir dos cinquenta títulos mais acessados no Minha Biblioteca, com base em preços praticados no mercado editorial. Essa estratégia é amplamente utilizada em estudos de valoração econômica, mas pode estar sujeita a variações de preço entre diferentes plataformas e ao longo do tempo. Ainda assim, os parâmetros adotados refletem com precisão o comportamento médio do mercado no ano analisado.

Tais limitações são comuns em estudos aplicados à valoração econômica de serviços informacionais e não comprometem a robustez dos resultados. Pelo contrário, os procedimentos adotados permitiram estimativas consistentes do retorno econômico gerado pela BCE, revelando com clareza o impacto de seus serviços no suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que os serviços avaliados, empréstimo de livros físicos e acesso aos e-books da plataforma Minha Biblioteca, geram benefícios econômicos expressivos para a comunidade acadêmica. O cálculo do Retorno sobre o Investimento (ROI) evidenciou que cada real aplicado pela Biblioteca Central da UnB retorna múltiplas vezes em valor econômico, sobretudo por meio da economia direta proporcionada aos usuários. Esses achados confirmam a eficiência do investimento público realizado na manutenção do acervo físico e digital, reforçando o papel estratégico da biblioteca como infraestrutura essencial para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ainda que o estudo tenha se concentrado exclusivamente no ano de 2024, as evidências encontradas mostram a relevância da BCE como agente de democratização do conhecimento, especialmente em um contexto de custos elevados e desigualdades no acesso à informação. Os resultados indicam que a combinação entre acervo físico e digital amplia o alcance, favorece a inclusão e fortalece a capacidade da instituição de responder às necessidades informacionais da comunidade universitária.

Por fim, embora o ROI seja um instrumento eficaz para quantificar o retorno econômico dos serviços analisados, ele não abrange a totalidade do valor gerado pela biblioteca. Benefícios intangíveis, como apoio à aprendizagem, estímulo à pesquisa, desenvolvimento de competências informacionais e promoção da equidade acadêmica, também compõem o impacto institucional da BCE, ainda que não sejam plenamente capturados em métricas financeiras. Assim, conclui-se que o investimento na biblioteca gera valor público significativo, tanto em termos econômicos quanto sociais, reafirmando sua importância como equipamento educacional indispensável à Universidade de Brasília.

Além dos resultados obtidos nesta pesquisa, é importante destacar que análises futuras podem expandir significativamente a compreensão do valor econômico gerado pela Biblioteca Central da UnB ao incorporar custos mais amplos associados à sua operação. Nesta dissertação, a valoração concentrou-se em serviços específicos, como empréstimos de livros físicos, acessos à biblioteca digital, uso dos espaços de estudo e empréstimo de equipamentos, e nos custos evitados

pelos usuários. Contudo, a inclusão de custos estruturais da BCE permitiria estimar um retorno ainda mais preciso e abrangente.

Nesse sentido, estudos posteriores poderiam incorporar custos de manutenção predial, energia elétrica, água, climatização, segurança, limpeza, mobiliário e atualização tecnológica, bem como os custos de pessoal, considerando salários, encargos trabalhistas e capacitações da equipe. A integração desses elementos permitiria calcular métricas financeiras ampliadas, como o custo total de propriedade dos serviços bibliotecários, subsidiando decisões de planejamento institucional de longo prazo.

Outra possibilidade relevante é a realização de uma análise de sensibilidade, que permitiria observar como variações nos parâmetros utilizados, por exemplo, número de usuários, custos unitários de serviços ou volume de empréstimos, impactam os indicadores de retorno. A aplicação dessa técnica contribuiria para avaliar a consistência dos resultados encontrados, identificando cenários mais conservadores e mais otimistas, e oferecendo uma visão aprofundada da estabilidade do benefício econômico da biblioteca.

Por fim, a incorporação de elementos de gerenciamento de riscos, como riscos orçamentários, tecnológicos, operacionais ou relacionados à interrupção de serviços essenciais, permitiria uma visão mais completa da sustentabilidade da biblioteca. Com isso, seria possível avaliar vulnerabilidades, propor planos de contingência e fortalecer a capacidade institucional, garantindo a continuidade da geração de valor acadêmico, econômico e social.

Essas ampliações não apenas qualificariam estudos futuros, como também reforçariam o papel da Biblioteca Central da UnB como infraestrutura essencial à atividade universitária, oferecendo subsídios mais completos para a tomada de decisões estratégicas e para a defesa de investimentos contínuos em serviços de informação.

REFERÊNCIAS

AABØ, S. Libraries and return on investment (ROI): a meta-analysis. *New Library World*, v. 110, n. 7/8, p. 311–324, 2009.

AQUINO, Mônica Correia. Avaliação econômica de bibliotecas: uma análise para as bibliotecas do CAEN e LABOMAR na UFC. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia do Setor Público) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BALBINOTO NETO, G. Análise de custo-benefício: aula 5. [2016]. Material de aula não publicado. Arquivo pessoal.

BAPTISTA, Dulce Maria; SOUSA, Maria do Socorro Neri de; MANINI, Miriam Paula. *Universidade, biblioteca universitária e preservação da memória institucional: revisão de literatura*. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 27–57, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1066>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BODYCOMB, Aphrodite; DEL BAGLIVO, Megan D. *Using an automated tool to calculate return on investment and cost benefit figures for resources: the Health Sciences and Human Services Library experience*. Journal of the Medical Library Association, v. 100, n. 2, p. 106–109, 2012. DOI: <https://doi.org/10.3163/1536-5050.100.2.011>.

CORREIA, Dulce Rosário; MARQUES, Maria Beatriz. O valor económico das bibliotecas do ensino superior. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 13., 2018, Fundação. Atas... Lisboa: BAD, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334684426_O_valor_economico_das_bibliotecas_do_ensino_superior. Acesso em: 17 ago. 2025.

DIÓGENES, Fabiene C. B. Os novos papéis da biblioteca universitária brasileira. 2012. 444 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12305/1/2012_FabianeCasteloBrancoDiogenes.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

FRANÇA, Maira Nani; SOUZA, Kelma Patrícia de; PORTELA, Patrícia. Quanto vale a informação? Calculando o valor econômico dos serviços de uma biblioteca. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 265–281, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v15i1.8647803>.

FRANÇA, Maira Nani; PORTELA, Patrícia de Oliveira; SOUZA, Kelma Patrícia. Valoração de serviços em bibliotecas universitárias: um estudo na Biblioteca Central Santa Mônica da UFU. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 19., 2016, Manaus. *Anais eletrônicos [...]*. Manaus: FEBAB, 2016. Disponível em:

http://repositorio.febab.org.br/files/original/31/4515/SNBU2016_133.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

GEVEHR, Daniel Luciano; SILVA, Caroline Bilhar da; BATISTA, Rodrigo. Bibliotecas públicas e desenvolvimento social: distribuição territorial das bibliotecas públicas brasileiras e seu impacto na promoção da leitura. *Revista Produção e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 8, e616, p. 1–12, 2022. DOI: <https://doi.org/10.32358/rpd.2022.v8.616>.

GERMANO, Michael. The library value deficit. *The Bottom Line*, v. 24, n. 2, p. 100–106, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1108/08880451111169124>.

HILDEBRAND, Elisabeth; GRAÇA, Luiz R.; HOEFLICH, Vitor Afonso. Valoração contingente na avaliação econômica de áreas verdes urbanas. *Floresta*, v. 32, n. 1, p. 121–132, 2002. DOI: <https://doi.org/10.5380/rf.v32i1.2353>.

IFLA; UNESCO. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstreams/4851ec2e-12af-4ada-8652-a58f85c7d373/download>. Acesso em: 7 jul. 2025.

IFLA; UNESCO. Manifesto da biblioteca pública IFLA/UNESCO. [S.l.: s.n.], 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2025.

KELLY, Betsy; HAMASU, Claire; JONES, Barbara. Applying Return on Investment (ROI) in Libraries. *Journal of Library Administration*, v. 52, n. 8, p. 656–671, 2012. DOI: 10.1080/01930826.2012.747383.

KINGMA, Bruce; MCCLURE, Kathleen. *Lib-Value: values, outcomes, and return on investment of academic libraries, phase III: ROI of the Syracuse University Library*. *College & Research Libraries*, v. 76, n. 1, p. 63–80, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5860/crl.76.1.63>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LEE, Soon-Jae; CHUNG, Hye-Kyung. Analyzing altruistic motivations in public library valuation using contingent valuation method. *Library & Information Science Research*, v. 34, n. 1, p. 72–78, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2011.05.001>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LUTHER, Judy. University investment in the library: what's the return? *Informed Strategies*, 2008. Disponível em: https://www.informedstrategies.com/wp-content/uploads/2015/10/lcwp0101_1.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. [E-book]. Disponível em: <Minha Biblioteca>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106,

p. 15–35, jan./abr. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MATTHEWS, Joseph R. *The value of information: the case of the library catalog*. Technical Services Quarterly, v. 19, n. 2, p. 1–16, 2002. DOI:
https://doi.org/10.1300/J124v19n02_01.

MELO, Luíza Baptista; SANCHES, Tatiana; MATOS, Gaspar; TORRES, Patrícia. Assessing the economic value of academic libraries: a case study in the University of Lisbon. *Qualitative and Quantitative Methods in Libraries*, v. 7, p. 529–538, 2018.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 173–193, 2016. DOI: 10.1590/1981-5344/2572.

PANDEY, Shriram; KUMAR, Pramod. *A theoretical framework on return on investment (ROI) in academic libraries*. Library Hi Tech News, v. 39, n. 3, p. 5–11, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/LHTN-11-2021-0082>.

PRITCHARD, Sarah M. Determining quality in academic libraries. *Library Trends*, v. 44, n. 3, p. 572–594, 1996. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/8000>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ROSS GARCÍA, Fernando. Retorno de la inversión (ROI) en bibliotecas: herramientas prácticas para calcular el valor económico y social de la biblioteca. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, n. 116, p. 34–42, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6911173>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SALAÜN, Jean-Michel. *L'incommensurable économie des bibliothèques*. 2013. Disponível em: <https://archinfo24.hypotheses.org/files/2016/10/Salaun-Ch-eco-bib-aout-2013.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTOS, Jhonathan Divino Ferreira dos. *Valoração econômica de serviços de informação*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia e Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22582/1/2016_JhonathanDivinoFerreiradosSantos.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

STAMPE, Marianne Z.; TOCCHETTO, Daniela G.; FLORISSI, S. Utilizando a metodologia de valoração contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do Livro de Porto Alegre. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 36., 2008, Salvador. Anais... Salvador: ANPEC, 2008.

TENOPIR, Carol. Measuring the value of the academic library: return on investment and other value measures. *The Serials Librarian*, v. 58, n. 1–4, p. 39–48, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/03615261003623005>

TENOPIR, Carol; KAUFMAN, Paula; MAYS, Rachael. Measuring value and return on investment of academic libraries. *Serials: The Journal for the Serials Community*, v. 23, n. 3, p. 182–190, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1629/23182>.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano de Dados Abertos da UnB 2021–2023. Brasília: UnB, 2021. Disponível em: https://unb.br/images/Noticias/2021/Documentos/PDA_2021_2023_2.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Relatório anual de atividades – 2017. Brasília: UnB, 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Relatório anual de atividades – 2018. Brasília: UnB, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Relatório anual de atividades – 2019. Brasília: UnB, 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Relatório anual de atividades – 2020. Brasília: UnB, 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Relatório anual de atividades – 2021. Brasília: UnB, 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Relatório anual de atividades – 2022. Brasília: UnB, 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Relatório anual de atividades – 2023. Brasília: UnB, 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Relatório anual de atividades – 2024. Brasília: UnB, 2025.

VIANA, Michelangelo Mazzardo Marques. A informação e a Biblioteca Universitária. In: PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PERMANENTE, 2011, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: BC/PUCRS, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249312704_A_informacao_e_a_Biblioteca_Universitaria . Acesso em: 7 jul. 2025.